SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE RORAIMA

Roraima , 08 de Janeiro de 2021 • Diário Oficial dos Municípios do Estado de Roraima • ANO VI | Nº 1303

Expediente:
Associação dos Municípios de Roraima – AMR

CONSELHO GESTOR "AMR"
RESPONDENDO INTERINAMENTE PELA DIRETORIA
HENRIQUE LOPES DA SILVA FILHO ECONOMISTA DIRETOR EXECUTIVO
LUCIO AUGUSTO VILLELA DA COSTA ADVOGADO ASSESSOR JURIDICO
ISAIAS BARROS GOMES CONTADOR ASSESSOR CONTABIL
HORTENCIA FERREIRA SILVA SEC DIR. COOP. EXT. SUPORTE DO DIÁRIO

MUNICIPIOS ASSOCIADOS NA "AMR" NO ESTADO DE RORAIMA

ALTO ALEGRE – POPULAÇÃO 16.448 HABITANTES
AMAJARÍ – POPULAÇÃO 11.560 HABITANTES
BOA VISTA – POPULAÇÃO 399.213 HABITANTES
BONFIM – POPULAÇÃO 11.945 HABITANTES
CANTÁ – POPULAÇÃO 18.335 HABITANTES
CARACARAÍ – POPULAÇÃO 21.564 HABITANTES
CAROEBE – POPULAÇÃO 9.493 HABITANTES
IRACEMA – POPULAÇÃO 10.859 HABITANTES
MUCAJAÍ – POPULAÇÃO 17.528 HABITANTES
NORMANDIA – POPULAÇÃO 10.527 HABITANTES
PACARAIMA – POPULAÇÃO 12.375 HABITANTES
RORAINOPOLIS – POPULAÇÃO 28.215 HABITANTES
SÃO JOÃO DA BALIZA – POPULAÇÃO 7.740 HABITANTES
SÃO LUIZ – POPULAÇÃO 7.597 HABITANTES
UIRAMUTÃ – POPULAÇÃO 9.836 HABITANTES
FONTE: CENSO IBGE/2019.

O Diário Oficial dos Municípios do Estado Roraima é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE MUCAJAI

CPL
DECRETO 001/2021

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 001/2021

Nomeia Presidente e Membros da CPL da Câmara Municipal de Mucajaí, e dá outras providências.

A Presidente da Câmara Municipal de Mucajaí- RR, no uso de suas atribuições regimentais e legais resolve;

DECRETAR

Art. 1. Fica nomeada a Comissão Permanente de Licitação – CPL, conforme abaixo relacionados:

O SENHOR **ANTONIO SOUZA COSTA – PRESIDENTE**
A SENHORA **ANNA CARLA DO NASCIMENTO – MEMBRO**
A SENHOR **CARLOS EDUARDO ALVES DA NOBREGA - MEMBRO**

Art. 2. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Mucajaí/RR, 07 de janeiro de 2021.

JOELSON SILVA DA COSTA
Presidente CMM

Publicado por:
Antonio Souza Costa
Código Identificador:4E09916F

CPL
DECRETO 002/2021

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 002/2021

Nomeia Chefe do Controle Interno da Câmara Municipal de Mucajaí, e dá outras providências.

A Presidente da Câmara Municipal de Mucajaí- RR, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 285/2009, de 09 de Julho de 2009, resolver;
DECRETAR

Art. 1º. Fica nomeado o senhor **GILSON DE PÁSCOA BARROS GUIMARÃES**, portador do CPF: **164.170.112-91** RG: **37.136**, para o cargo de **CHEFE DE CONTROLE INTERNO**, da Câmara Municipal de Mucajaí, com as seguintes atribuições;

I- Avaliar o cumprimento das metas previstas no **Plano Plurianual**, a execução dos programas de gestão da câmara Municipal de Mucajai;
II- Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara Municipal de Mucajaí.
III- Exercer o controle das operações de créditos, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da Câmara;
IV- Apoiar o controle interno (TCE) no exercício de missão institucional.

Parágrafo Único- Os responsáveis pelo Controle Interno, ao tomarem conhecimento de quaisquer irregularidades ou ilegalidades, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, Sob a pena de responsabilidade solidária.

Art. 2º. O Servidor acima descriminado não irar gerar ônus para a Câmara Municipal de Mucajaí.

Art.3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Mucajaí/RR, 07 de janeiro de 2021.

JOELSON SILVA DA COSTA
Presidente CMM

Publicado por:
Antonio Souza Costa
Código Identificador:0C63D442

CPL
DECRETO 003/2021

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 003/2021

Nomeiam Servidoras da Câmara Municipal de Mucajaí, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Mucajaí- RR, no uso de suas atribuições regimentais e legais resolve;

DECRETAR

Art. 1. Fica nomeada a servidora, Senhora **EDNALVA MARTINS DA SILVA,** no Cargo de provimento em Comissão de Chefe de Patrimônio FG-02.

Art. 2. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Mucajaí/RR, 07 de janeiro de 2021.

JOELSON SILVA DA COSTA
Presidente CMM

Publicado por:
Antonio Souza Costa
Código Identificador:8093CEE2

CPL
PORTARIA

Portaria nº. 001/2021

O Presidente da Câmara Municipal de Mucajaí- RR, no uso de suas atribuições legais resolve publicar a resolução nº **001/2021, de 06 de janeiro de 2021**. Que institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Mucajaí-RR

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Mucajaí-RR 06 de janeiro 2021.

JOELSON SILVA DA COSTA
Presidente da CMM

Publicado por:
Antonio Souza Costa
Código Identificador:1B5DF33B

ESTADO DE RORAIMA
CAMARA MUNICIPAL DE UIRAMUTA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DOS VEREADORES, PREFEITO MUNICIPAL E VICE-PREFEITO NA CÂMARA MUNICIPAL DE UIRAMUTÃ

ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DOS VEREADORES, PREFEITO MUNICIPAL E VICE-PREFEITO NA CÂMARA MUNICIPAL DE UIRAMUTÃ

Ao dia um de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas e trinta minutos, realizou-se na Câmara Municipal de Uiramutã a sessão solene de instalação da 7ª legislatura de posse dos senhores Vereadores, do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito conforme o Regimento Interno da Câmara de Vereadores e a Lei Orgânica do Município de Uiramutã. Foi procedida a abertura com a mensagem de cumprimentos de boas-vindas e feliz ano novo pelo cerimonial aos presentes na sessão. Todos os presentes foram convidados a manter os aparelhos celulares no silencioso ou no modo avião. O cerimonial solicitou a todos que pudessem permanecer em pé para acompanhar a execução dos Hinos Nacional Brasileiro, do Estado de Roraima e do Município de Uiramutã. Em seguida foram convidados a compor a mesa os vereadores e vereadoras eleitos, e designado para presidir os trabalhos, o presidente *in doc* Vereador Magnun Cunha Nascimento (Republicanos),conforme Regimento Interno e a Lei Orgânica, para o qual foi entregue a palavra e a condução. O presidente *in doc*convidou entre seus pares para o trabalho como secretária *ad hoc* a nobre vereadora Cricya Yasmir Raposo Carneiro, o presidente *in doc* declarou aberta a sessão solene. A secretária *ad hoc* recebeu a palavra e convidou o presidente a fazer a leitura do compromisso sendo, "Prometo cumpri a Constituição Federal, a Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal, observar as leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do município e pelo bem estar de seu povo". Prestado o compromisso pelo presidente, a vereadora secretária *ad hoc* fez a chamada nominal de cada vereador e na seguinte ordem: vereador Max Ferreira dos Santos (PP), vereador Cizimar Adelino da Silva (Cidadania), vereador José Ribamar de Souza Gomes (PROS), vereador Delzuita Silva de Souza (Cidadania), vereador Gedeão André da Silva (Rede), vereador Tânia Batista da Silva (Republicanos), vereador Cricya Yasmir Raposo Carneiro (PP) e vereador Leonardo Rodrigues (PP). Com a mão direita voltada a bandeiras Nacional, do Estado e do Município, declararam "assim o prometo". Finalizado o compromisso, a secretária *ad hoc* solicitou a declaração de bens dos vereadores. Chamados todos os eleitos presentes e prestado o devido compromisso, o presidente *in doc* declarou empossados os vereadores que a partir de então comporão a 7ª Legislatura da Câmara Municipal de Uiramutã, com exercício de mandato no período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024. Cumprindo o disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal de Uiramutã, o presidente *in doc* concedeu a palavra a cada um dos vereadores empossados, que fizeram o uso da palavra com o tempo máximo de até cinco minutos, agradeceram a Deus, e todos os presentes, as pessoas que confiram e lhes destinaram os votos, destacando que são vereadores do município e trabalharão para todos. O presidente *in doc, s*eguindo os ritos da casa, passou para a solenidade de posse do prefeito eleito do Município de Uiramutã, o senhor Prefeito Benísio Roberto de Souza, que foi convidado a dirigir-se a tribuna e com a mão direita estendida às bandeiras prestou o compromisso: "prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as leis, promover o bem geral do munícipes e exercer o cargo sob inspiração da democracia, da legitimidade, da legalidade e da moralidade." Em seguida o senhor vice-prefeito senhor Jeremias Souza Lima, foi convidado a dirigir-se a tribuna e com a mão direita estendida às bandeiras e prestar o compromisso. O presidente *in doc* declarou empossados o senhor Benísio Roberto de Souza no cargo de Prefeito Municipal de Uiramutã, e senhor Jeremias Souza Lima no cargo de vice prefeito, com exercício de mandato para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024. Após a manifestação do compromisso, o presidente *in doc* concedeu a palavra ao prefeito e ao vice-prefeito. Cumprindo as legalidades, a secretária *ad hoc* solicitou que suas excelências entregassem a declaração de bens para esta casa. O presidente *in doc*, dirigiu os seus cumprimentos aos senhores Prefeito e Vice-Prefeito recém-empossados, desejando-lhes uma feliz e profícua gestão à frente da Prefeitura Municipal de Uiramutã. Conforme determinação regimental deste poder o presidente *in doc* suspendeu a presente sessão pelo tempo necessário aos preparativos para eleição da mesa diretora. Após 10 minutos o presidente *in doc* declarou reaberta a presente sessão e seguindo o regimento desta casa, informou que a eleição da mesa diretora é composta pelos seguintes membros: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário. Informou ainda que o voto ocorrerá de forma nominal de acordo com a lei orgânica do município. Foi lançada e denominada Chapa 1, a chapa do Vereador Magnun Cunha, onde o mesmo concorreria como Presidente, Vice-Presidente o vereador Leonardo Rodrigues, 1º Secretário a Vereadora Cricya Yasmir Raposo e 2º Secretario o Vereador Cizimar Adelino da Silva. Havendo também a Chapa 2, onde concorreria como Presidente O Vereador José Ribamar de Souza Gomes, Vice-Presidente a vereadora Tânia Batista De Souza, 1º Secretário o Vereador Gedeão André Da Silva e 2º Secretária a Vereadora Delzuita Silva De Souza. O Presidente *in doc* então iniciou a chamada para votação. Vereador Max Ferreira dos Santos votou Chapa1, Vereador Cizimar Adelino da Silva votou Chapa1,Vereador José Ribamar de Souza votou Chapa2, Vereadora Delzuita Silva De Souza votou Chapa2, Vereador Gedeão André Da Silva votou chapa2,Vereadora Tânia Batista Da Silva votou Chapa2, Vereadora Cricya Yamir Raposo Carneiro votou Chapa1, Vereador Leonardo Rodrigues votou Chapa1, a secretária *ad doc* fez a chamada do Vereador Magnun Cunha, onde o mesmo votou Chapa1. O Presidente *in doc* informou ao plenário que a mesa está de posse da chapa vencedora com 5 votos,a seguinte nominata para a gestão no biênio 2021/2022, Presidente Vereador Magnun Cunha, Vice-Presidente Vereador Leonardo Rodrigues, 1º Secretária Vereadora Cricya Yasmir Raposo Carneiro e 2º Secretário o Vereador Cizimar Adelino Da Silva. O presidente *in doc* declara eleito e empossado o Presidente, este assumirá a direção dos trabalhos pelo próximo biênio, o mesmo encerra a presente sessão agradecendo a presença de todos.

MAGNUN CUNHA NASCIMENTO
Presidente *in doc*

CRICYA YASMIR RAPOSO CARNEIRO
Secretária *ad hoc*

BENÍSIO ROBERTO DE SOUZA
Prefeito

JEREMIAS SOUZA LIMA
Vice-Prefeito

MAX FERREIRA DOS SANTOS
Vereador

CIZIMAR ADELINO DA SILVA
Vereador

DELZUITA SILVA DE SOUZA
Vereadora

GEDEÃO ANDRÉ DA SILVA
Vereador

JOSÉ RIBAMAR DE SOUZA GOMES
Vereador

LEONARDO RODRIGUES
Vereador

TÂNIA BATISTA DA SILVA
Vereadora

Publicado por:
Glaciane Mendes Nascimento
Código Identificador:3E419E23

ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA DE ALTO ALEGRE

GABINETE
PORTARIA DE NOMEAÇÃO

PORTARIA Nº 034/2021/GAB/PMAA.

Dispõe sobre a nomeação de servidor municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 61 Inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º **NOMEAR** como Servidor Público Municipal, o Sr. **MAICON MARCIEL BINSFELD**, para o Cargo de **FISCAL DE OBRAS**, em caráter *ad nutum,* vinculado a Secretaria Municipal de Obras**,** a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE, 05 DE JANEIRO DE 2021.

PEDRO HENRIQUE WANDERLEY MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elivanda Soares de Souza
Código Identificador:3164462E

GABINETE
PORTARIA DE NOMEAÇÃO

PORTARIA Nº 035/2021/GAB/PMAA.

Dispõe sobre a nomeação de servidor municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 61 Inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º **NOMEAR** como Servidor Público Municipal, o Sr. **ALERIANO SOUZA SANTOS**, para o Cargo de **ADMINISTRADOR DA VILA DO TAIANO**, em caráter *ad nutum,* vinculado a Secretaria Municipal de Administração**,** a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE, 05 DE JANEIRO DE 2021.

PEDRO HENRIQUE WANDERLEY MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elivanda Soares de Souza
Código Identificador:6F123AC0

GABINETE
PORTARIA DE NOMEAÇÃO

PORTARIA Nº 036/2021/GAB/PMAA.

Dispõe sobre a nomeação de Secretário Adjunto e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 61 Inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º **NOMEAR** o Sr. **WEMERSON SILVA SANTOS,** para exercer o cargo de **Secretário Adjunto de Meio Ambiente e Turismo.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE, 05 DE JANEIRO DE 2021.

PEDRO HENRIQUE WANDERLEY MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elivanda Soares de Souza
Código Identificador:6CC3BFCC

GABINETE
PORTARIA DE NOMEAÇÃO

PORTARIA Nº 040/2021/GAB/PMAA.

Dispõe sobre a nomeação de servidor municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 61 Inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º **NOMEAR** como Servidor Público Municipal, o Sr. **MARCOS LIMA CAVALCANTE**, para o Cargo de **DIRETOR DO POSTO DE SAÚDE DO TAIANO**, em caráter *ad nutum,* vinculado a Secretaria Municipal de Saúde**,** a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE, 05 DE JANEIRO DE 2021.

PEDRO HENRIQUE WANDERLEY MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elivanda Soares de Souza
Código Identificador:19876CF9

GABINETE
PORTARIA DE NOMEAÇÃO

PORTARIA Nº 037/2021/GAB/PMAA.

Dispõe sobre a nomeação de servidor municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 61 Inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º **NOMEAR** como Servidora Pública Municipal, a Sra. **GESSYCA SANTOS ARAÚJO**, para o Cargo de **DIRETORA DO POSTO DE SAÚDE JOÃO MARIANO**, em caráter *ad nutum,* vinculado a Secretaria Municipal de Saúde**,** a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE, 05 DE JANEIRO DE 2021.

PEDRO HENRIQUE WANDERLEY MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elivanda Soares de Souza
Código Identificador:F7410E56

GABINETE
PORTARIA DE NOMEAÇÃO

PORTARIA Nº 039/2021/GAB/PMAA.

Dispõe sobre a nomeação de servidor municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 61 Inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º **NOMEAR** como Servidor Público Municipal, o Sr. **LEOCY DOS SANTOS MOURA**, para o Cargo de **COORDENADOR DA ENDEMIAS**, em caráter *ad nutum,* vinculado a Secretaria Municipal de Saúde**,** a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE, 05 DE JANEIRO DE 2021.

PEDRO HENRIQUE WANDERLEY MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elivanda Soares de Souza
Código Identificador:C8C211B3

GABINETE
PORTARIA DE NOMEAÇÃO

PORTARIA Nº 038/2021/GAB/PMAA.

Dispõe sobre a nomeação de servidor municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 61 Inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º **NOMEAR** como Servidora Pública Municipal, a Sra. **PERCILIANA PEIXOTO CORREA**, para o Cargo de **DIRETORA DO POSTO DE SAÚDE GENÉSIO DA SILVA**, em caráter *ad nutum,* vinculado a Secretaria Municipal de Saúde**,** a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE, 05 DE JANEIRO DE 2021.

PEDRO HENRIQUE WANDERLEY MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elivanda Soares de Souza
Código Identificador:F0DAFD79

ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROEBE

GABINETE
DECRETO Nº 015 DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

O Prefeito do Município de Caroebe, ***Osmar Serra Bonfim Filho****, no uso de suas atribuições legais, conferidas através do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 079/2007.*

DECRETA:

Art. 1º. NOMEAR o senhor **Milson Minarini de Melo**, portador do CPF nº. 287.449.442-49 para o cargo de Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Caroebe.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caroebe, 04 de janeiro de 2021.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

OSMAR SERRA BONFIM FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo da Silva Inácio
Código Identificador:512F1301

GABINETE
DECRETO Nº 016 DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

O Prefeito do Município de Caroebe, ***Osmar Serra Bonfim Filho****, no uso de suas atribuições legais, conferidas através do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o disposto no Artigo 6º da Lei Municipal nº 217/2019, que institui o Sistema de Controle Interno do Município de Caroebe e dá outras providências.*

DECRETA:

Art. 1º. NOMEAR o senhor **Márcio da Silva Inácio**, portador do CPF nº. 293.231.638-99 para o cargo de Chefe do Controle Interno da Prefeitura Municipal de Caroebe.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caroebe, 04 de janeiro de 2021.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

OSMAR SERRA BONFIM FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo da Silva Inácio
Código Identificador:05ABB00F

ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 014/2021, DE 01 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre a Nomeação do OUVIDOR GERAL DO MUNICÍPIODE IRACEMA da Prefeitura de Iracema – RR, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMA, ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que prescreve o Art. 62º, Inciso - V e Art. 81º, Inciso - L, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º **-NOMEAR,** o Senhor **ROMULO CARVALHO CRUZ**, inscrito no CPF nº 821.410.453-04, para exercer o cargo de **OUVIDOR GERAL DO MUNICIPIO DE IRACEMA**.

Art. 2º **-** Este **DECRETO** entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Certifique-se,
Cumpra-se.

Palácio Tadashi Nakayama, em 01 de Janeiro de 2021.

JAIRO ANDRÉ RIBEIRO SOUSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aurismeire Lima dos Santos
Código Identificador:AA48C6D4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 019/2021, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre a nomeação do PROCURADOR da Prefeitura de Iracema – RR, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMA, ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que prescreve o Art. 62º, Inciso - V e Art. 81º, Inciso - L, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º **-NOMEAR,** o senhor **PAULO GENNER DE OLIVEIRA SARMENTO**, inscrito no CPF nº 323.147.959-53, para exercer o cargo de **PROCURADOR DO MUNICÍPIO**.

Art. 2º **-**Este **DECRETO** entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus poderes em 01/01/2021, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Certifique-se,
Cumpra-se.

Palácio Tadashi Nakayama, em 07 de Janeiro de 2021.

JAIRO ANDRÉ RIBEIRO SOUSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aurismeire Lima dos Santos
Código Identificador:E2B6D1B2

ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DO CANTÁ

GABINETE
DECRETO Nº. 015, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CANTÁ,** Estado de Roraima, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos da Lei Orgânica do Município,

Considerando que os cargos em comissão e as funções de confiança, por previsão constitucional, são de livre nomeação e exoneração, constante no Art. 37, inciso II da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADO, a contar do dia 1° de janeiro de 2021, o servidor do cargo de provimento em comissão, conforme tabela abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ORD.	**NOME**	**CARGO**
1.	Pedro da Silva Oliveira	Coordenador Pedagógico

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 07 de janeiro de 2021.

ANDRÉ LUIS COSTA DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mércio Roberto Moraes da Silva
Código Identificador:0DB61428

GABINETE
DECRETO Nº 017, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

TORNA SEM EFEITO OS ATOS DO DECRETO Nº 004/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CANTÁ,** Estado de Roraima, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Tornar sem efeito os atos do Decreto nº 004/2021, que nomeou o Senhor **DENNER ANDREW PINHEIRO DOS SANTOS,** CPF n° 799.898.452-04, ao Cargo em Comissão de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER**, veiculado no Diário Oficial dos Municípios de Roraima – AMRR. do dia 05 de janeiro de 2021, pag. 24, edição 1300.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 07 de janeiro de 2021.

ANDRÉ LUIS COSTA DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mércio Roberto Moraes da Silva
Código Identificador:419CA6A3

GABINETE
DECRETO Nº 016, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

NOMEIA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CANTÁ,** Estado de Roraima, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Senhor **LEANDRO ARAÚJO PEREIRA**, CPF nº 317.603.172-68, **PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de janeiro de 2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cantá, em 07 de janeiro de 2021.

ANDRÉ LUIS COSTA DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mércio Roberto Moraes da Silva
Código Identificador:2472F737

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE MUCAJAI

CPL
REGIMENTO INTERNO DA CAMARA MUNICIPAL DE MUCAJAÍ

ÍNDICE

Título I - Da Câmara Municipal	04
Capítulo I - Disposições Preliminares	04
Capítulo II - Das Sessões Preparatórias e da Posse	06
Seção I - Da Sessão de Instalação e Posse	06
Seção II - Da Inauguração da Sessão Legislativa Anual	07
Título II - Dos Órgãos da Câmara Municipal	08
Capítulo I - Da Mesa da Câmara	08
Seção I - Da Eleição, Formação e Modificação da Mesa	08
Seção II - Da Competência da Mesa	10
Seção III - Da Competência Específica dos Membros da Mesa	12
Seção IV - Das Atribuições do Plenário	16
Capítulo II - Das Comissões	19
Seção I - Disposições Gerais	19
Seção II - Das Comissões Permanentes	20
Seção III - Da Formação e Modificação das Comissões Permanentes	22
Seção IV - Do Funcionamento das Comissões Permanentes	23
Seção V - Da Competência Especifica de Cada Comissão Permanente	25
Seção VI - Das Comissões Especiais, Processantes e de Representação	27
Seção VII - Das Comissões Parlamentares de Inquérito	29
Título III - Dos Vereadores	31
Capítulo I - Disposições Preliminares	32
Seção I - Do Exercício da Vereança	32
Seção II - Das Vedações, Perda do Mandato e Falta de Decoro	32
Seção III - Das Penalidades por Falta de Decoro	34
Seção IV - Da Suspenção do Exercício da Vereança	36
Seção V - Do Processo Destituitório	37
Capítulo II - Das Licenças, das Vagas	38
Capítulo III - Dos Líderes	39
Capítulo IV - Das Incompatibilidades e Impedimentos	40
Capítulo V - Dos Subsídios dos Vereadores	40
Título IV - Das Proposições e da sua Tramitação	42
Capítulo I - Das Modalidades de Preposição e de sua Forma	42
Capítulo II - Das Proposições em Espécie	43
Capítulo III - Da Apresentação das Proposições	47
Capítulo IV - Retirada de Proposições	49
Capítulo V - Da Tramitação das Proposições	50
Capítulo VI - Do Regime de Urgência	52
Título V - Das Sessões da Câmara	53
Capítulo I - Das Sessões em Geral	53
Capítulo II - Das Atas das Sessões	55
Capítulo III - Das Sessões Ordinárias	56
Capitulo IV - Das Sessões Extraordinárias	60
Capítulo V - Das Sessões Solenes	61
Título VI - Das discussões e Deliberações	61
Capítulo I - Das Discussões	61
Capítulo II - Das Disciplinas dos Debates	64
Capítulo III - Das Deliberações e Votações	66
Seção I - Do Quórum Das Deliberações	66
Seção II - Das Votações	68
Título VII - Da Elaboração Legislativa Especial e Dos Procedimentos de Controle	71
Capítulo I - Da Elaboração Legislativa Especial	71
Seção I - Do Orçamento	71
Seção II - Das Codificações e dos Estatutos	72
Capítulo II - Do Julgamento das Contas	73
Capítulo III - Da Convocação dos Secretários Municipais	74

Título VIII - Do Regimento Interno e da Ordem Regimental	74
Capítulo I - Das Interpretações e dos Precedentes	74
Seção Única - Da Ordem	74
Capítulo II - Da Divulgação do Regimento Interno e de sua Reforma	75
Título IX - Dos Serviços Administrativos da Câmara	76
Título X - Das Disposições Gerais e Transitórias	77

RESOLUÇÃO Nº 001/2021.

Estabelece o Regimento Interno da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara Municipal de Mucajaí, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a presente Resolução, que dispõe sobre o:

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL
TÍTULO I
Da Câmara Municipal
CAPÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 1º. A Câmara Municipal de Mucajaí, é o Poder Legislativo do Município, composto de Vereadores eleitos na forma da legislação vigente.
Art. 2º. A Câmara Municipal têm funções institucional, legislativa, fiscalizadora, administrativa, de assessoramento, além de outras permitidas em lei e reguladas neste Regimento Interno.
§ 1º A função institucional é exercida pelo ato de posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice- Prefeito, da extinção de seus mandatos, da convocação de suplentes e da Comunicação á Justiça Eleitoral da existência de vagas a serem preenchidas.
§ 2º A função legislativa é exercida dentro do processo legislativo por meio de emendas a Lei Orgânica, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, resoluções e decretos legislativos sobre matérias da competência do Município.
§ 3º A função fiscalizadora é exercida por meio de requerimentos sobre fatos sujeitos á fiscalização da Câmara e pelo controle externo da execução orçamentária do Município, exercido pela Comissão de Finanças e Orçamento, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
§ 4º A função julgadora é exercida pela apreciação do Parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Município e pelo julgamento do Prefeito e dos Vereadores por infrações político-administrativas.
§ 5º A função administrativa é exercida apenas no âmbito da Secretaria da Câmara, restrita à sua organização interna, ao seu pessoal, aos seus serviços auxiliares e aos Vereadores.
§ 6º A função integrativa é exercida pela participação da Câmara na solução de problemas da comunidade, diversos de sua competência privativa e na convocação da comunidade para participar da solução de problemas municipais.
§ 7º A função de assessoramento é exercida por meio de indicações ao Prefeito, sugerindo medidas de interesse público.
§ 8º As demais funções são exercidas no limite da competência municipal quando afetas ao Poder Legislativo.
Art.3º. A sede da Câmara Municipal é na Avenida Maranhão nº 1.101, onde serão realizadas as sessões, sendo reputadas nulas as realizadas em outro local, observado o art. 124 e seu parágrafo único, deste Regimento.
§ 1º No recinto das sessões não poderão ser realizados atos estranhos as funções da Câmara, salvo nos casos em que o Presidente ceder o recinto para reuniões cívicas, culturais e partidárias.
§ 2º As sessões solenes poderão ser realizadas fora da sede da Câmara.
Art. 4º. Cada Legislatura será igual ao número de anos de duração dos mandatos eletivos, a cada ano correspondendo uma sessão legislativa.
Art. 5º. A Câmara Municipal reunir-se-á ordinariamente de 15 de fevereiro a 30de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.
§ 1º Os períodos de 1º a 31 de julho e de 16 de dezembro a 14 de fevereiro são considerados de recesso legislativo.
§ 2º As reuniões marcadas para estas datas serão transferidas para o próximo dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos feriados ou ponto facultativo.

CAPÍTULO II
Das Sessões Preparatórias e da Posse
Seção I
Da Sessão de Instalação e Posse

Art. 6º. A Câmara Municipal instalar-se-á em sessão especial às 17:00 horas do dia 1º de janeiro de cada legislatura com qualquer número, que será presidida pelo vereador mais idoso entre os presentes, ou, declinando este da prerrogativa, pelo mais idoso dentre os que aceitaram, o qual designará um de seus pares como Secretário, para auxiliá-lo nos trabalhos.
Art.7º. Os Vereadores, munidos dos respectivos diplomas tomarão posse na sessão de instalação, cujo termo e demais trabalhos da sessão, serão lavrados na ata, em livro próprio pelo Secretário, sendo assinada pelos empossados e demais presentes, se estes assim o quiserem.
§ 1º No ato da posse o Presidente proferirá em voz alta o seguinte compromisso: "PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, OBSERVAR AS LEIS, CUMPRIR O REGIMENTO INTERNO DA CASA E DEMPENHAR COM LEALDADE O MANDADTO QUE ME FOI CONFIADO, TRABALHANDO SEMPRE PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E BEM ESTAR DO SEU POVO". Em seguida, o Secretário fará a chamada de cada Vereador, que de pé, com o braço estendido para a frente, declarará em voz alta: "ASSIM EU PROMETO".
§ 2º Após tomar o compromisso dos Vereadores presentes, o Presidente declarará empossados os Vereadores proferindo em voz alta: "DECLARO EMPOSSADOS OS VEREADORES QUE PRESTARAM O COMPROMISSO".
§ 3º Ato contínuo o Presidente dará início ao processo de eleição da Mesa Diretora, na qual só poderá votar e ser votado o Vereador que tiver sido regularmente empossado.
§ 4º Após a eleição da Mesa Diretora, conhecido seu resultado, o Presidente proclamará o seu resultado e empossará os eleitos nos seus respectivos cargos.
§ 5º Após a eleição e posse da Mesa Diretora, o Presidente eleito dará início ao processo de posse do Prefeito e Vice- Prefeito eleitos e diplomados, seguindo o mesmo rito da posse dos Vereadores e prestando o compromisso previsto na Lei Orgânica do Município, obedecida a programação previamente elaborada pelo cerimonial ou assessoria dos dois Poderes, sendo tudo lavrado em livro próprio pelo Primeiro Secretário.
§ 6º Terminada a posse do Prefeito e Vice - Prefeito, o Presidente solicitará a todos os eleitos e empossados a entrega da declaração de bens escrita, sendo o presente ato transcrito na ata.
§ 7º Ato contínuo o Presidente concederá a palavra, por cinco minutos, a todos os Vereadores, facultando a mesma ao Vice - Prefeito e Prefeito empossados, encerrando-se em seguida a solenidade.

§ 8º Não havendo quórum para se proceder a eleição, o Presidente suspenderá a sessão e convocará o Prefeito, Vice - Prefeito e Vereadores eleitos para tomarem posse, convocando sessões diárias sempre às 10:00 horas, até que se proceda a eleição normal e posse da Mesa.
Art. 8º. O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no art. 6º deste Regimento, deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do início do funcionamento normal da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.
Parágrafo Único – O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilização, no prazo a que se refere este artigo.

Seção II
Da Inauguração da Sessão Legislativa Anual

Art.9 . No dia 15 de fevereiro a Câmara Municipal reunir-se-á às 09:00 horas, em sessão de cunho solene e festivo para a inauguração da Sessão Legislativa Anual.
§ 1º Na primeira parte da sessão o Prefeito Municipal apresentará mensagem do Poder Executivo aos representantes do povo com assento na Câmara.
§ 2º Na Segunda parte o Presidente facultará a palavra, por cinco minutos, a todos os Vereadores para pronunciamento sobre o evento, encerrando-se em seguida a sessão.

TÍTULO II
Dos Órgãos da Câmara Municipal
CAPÍTULO I
Da Mesa da Câmara
Seção I
Da Eleição, Formação e Modificação da Mesa

Art. 10. A Mesa da Câmara, compõe-se dos cargos de Presidente, Vice - Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, com mandato de 02 (dois) anos, eleitos por votação secreta.
Art. 11. O mandato da Mesa será de dois anos, permitida a recondução ou reeleição para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
Art. 12. A eleição dos membros da Mesa somente será válida, se presentes a maioria absoluta dos Vereadores.
Art. 13. As chapas que concorrerão à eleição da Mesa deverão ser apresentadas e protocoladas na Secretaria da Câmara Municipal até 15 (quinze) dias úteis antes da eleição.
§ 1º Só serão aceitas e protocoladas as chapas que contenham os nomes completos e assinaturas dos candidatos aos cargos de Presidente, Vice - Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.
§ 2º O Vereador só poderá participar de uma chapa, e, mesmo no caso de desistência, não poderá inscrever-se em outra.
§ 3º Havendo desistência justificada de algum membro de chapa inscrita, que deverá ser sempre por inscrito, este poderá ser substituído até trinta minutos antes da sessão em que ocorrerá a eleição, exceto para o cargo de Presidente.
§ 4º Se no dia da eleição, até trinta minutos antes da sessão, não houver nenhuma chapa inscrita legalmente, poderá ser feita a inscrição de chapas antes do início da mesma, independente do disposto no § 3º deste artigo, e até mesmo com Vereador desistente de outras chapas.
§ 5º Para a eleição dos membros da Mesa, utilizar-se-ão para a votação, cédulas de papel datilografadas ou impressas, contendo os nomes que comporão as respectivas chapas, seguidos dos cargos pela ordem, as quais serão depositadas em urna própria.
Art. 14. A eleição da Mesa para o segundo biênio, far-se-á na última sessão ordinária da Segunda Sessão Legislativa, considerando-se automaticamente empossados os eleitos a partir de 01 de janeiro do ano subsequente.
Art. 15. Nas eleições para a composição da Mesa inicial de cada legislatura, bem como na sua renovação, poderão concorrer quaisquer Vereadores ainda que tenham participado da Mesa ocupando o mesmo cargo na legislatura imediatamente anterior.
Art. 16. O suplente de Vereador convocado não poderá ser eleito para qualquer cargo da Mesa, salvo se sua substituição for em caráter definitivo.
Art. 17. Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta de votos, proceder-se-á, imediatamente, a novo escrutínio, no qual considerar-se-á eleito o mais votado, ou, no caso de empate, o mais idoso.
Art. 18. Os Vereadores eleitos para Mesa no primeiro biênio da legislatura serão empossados mediante termo lavrado pelo Secretário na sessão em que se realizar sua eleição e entrarão imediatamente em exercício de seus mandatos.
Art. 19. Modificar-se-á a composição permanente da Mesa ocorrendo vaga em qualquer dos cargos que a compõem.
Art. 20. **Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa quando:**
I - Extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou, se este o perder;
II - For o Vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário ou vier a falecer;
III - Licenciar-se o membro da Mesa do mandato de Vereador, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo por motivo de doença comprovada;
IV - Houver renúncia do cargo da Mesa pelo titular com aceitação do Plenário.
Art. 21. A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa será sempre escrita, assinada e com firma reconhecida e será tida como aceita mediante a simples leitura em Plenário pelo detentor do mandato ou pelo 1º Secretário, exceto no caso previsto no parágrafo único do art. 23 deste Regimento, quando o Plenário deliberará sobre a aceitação ou não da renúncia.
Art. 22. A destituição de membro efetivo da Mesa, somente poderá ocorrer quando comprovadamente desidioso, ineficiente ou quando tenha se prevalecido do cargo para fins ilícitos, dependendo de deliberação do Plenário pelo voto de dois terços dos Vereadores, acolhendo representação de qualquer Vereador assegurada a mais ampla oportunidade de defesa.
Art. 23. Para o preenchimento do cargo vago na Mesa, haverá eleições suplementares na 1ª sessão ordinária seguinte aquela na qual se verificar a vaga, observando o disposto nos arts. 11 a 17.
Parágrafo Único - No caso de não haver candidato para concorrer à eleição prevista no caput deste artigo, após três tentativas de eleição suplementar, em sessões ordinárias seguidas, assumirá o cargo vago, o Vereador mais votado entre os que não participam da Mesa.

Seção II
Da Competência da Mesa

Art. 24. A Mesa é o órgão diretor de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.
Art. 25. Compete à Mesa da Câmara privativamente, em colegiado:
I - Dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para a fixação e alteração da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
II - Apresentar projeto de lei que fixa os subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice- Prefeito e dos Secretários Municipais;

III - Apresentar as proposições concessivas de licenças e afastamento do Prefeito;
IV - Elaborar a proposta orçamentária da Câmara a ser incluída no orçamento do Município;
V - Representar em nome da Câmara, junto aos Poderes da União, do Estado e do Município;
VI - Baixar ato para alterar a dotação orçamentária com recursos destinado às despesas da Câmara;
VII - Organizar cronograma de desembolso das dotações vinculadamente aos repasse mensal das mesmas pelo Executivo;
VIII - Proceder a devolução à Tesouraria da Prefeitura do saldo de caixa existente na Câmara ao final de cada exercício;
IX - Enviar ao Executivo, em época própria, as contas do Legislativo do exercício precedente para sua incorporação às contas do Município;
X - Proceder à redação das resoluções e decretos legislativos;
XI - Deliberar sobre convocação de sessões extraordinárias da Câmara;
XII - Receber ou recusar as proposições apresentadas sem observância das disposições regimentais;
XIII - Deliberar sobre a realização de sessões solenes fora da sede da edilidade;
XIV - Determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior.
Art. 26. O Vice - Presidente substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos eventuais, e será substituído nas mesmas condições, pelo 1º e 2º Secretários, respectivamente.
Art. 27. Quando, antes de iniciar-se determinada sessão ordinária ou extraordinária, verificar-se-á ausência dos membros efetivos da Mesa, assumirá a Presidência o Vereador mais idos presente que convidará qualquer dos demais Vereadores para as funções de Secretário, sendo este último procedimento, aplicado também nos casos de ausência conjunta do 1º e 2º Secretários.
Art. 28. A Mesa, reunir-se-á, independente do Plenário, para apreciação prévia de assuntos que serão objeto da deliberação de edilidade que por sua especialidade, demandem intenso acompanhamento e fiscalização ou ingerência do legislativo.

Seção III
Da Competência Específica dos Membros da Mesa

Art. 29. O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa dirigindo-a, e ao Plenário em conformidade com a as atribuições que lhe conferem este Regimento Interno.
Art. 30. **Compete ao Presidente da Câmara:**
I - Exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em Lei;
II - Representar a Câmara em juízo, inclusive prestando informações em mandado de segurança contra a Mesa ou do Plenário;
III - Representar a Câmara junto ao Prefeito, às autoridades federais e estaduais, e perante ás entidades privadas em geral;
IV - Credenciar agente de imprensa, rádio ou televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;
V - Fazer expedir convites para as sessões solenes da Câmara Municipal às pessoas que por qualquer título mereçam a deferência.
VI - Conceder audiências ao público, a seu critério, em dias e hora prefixados;
VII - Requisitar a força, quando necessária á preservação da regularidade do funcionamento da Câmara;
VIII - Empossar os Vereadores retardatários e suplentes e declarar empossado o Prefeito, quando tratar-se de Presidente da Câmara no exercício da chefia do Executivo Municipal, após a investidura do mesmo em Plenário;
IX - Declarar extintos os mandatos dos Prefeitos, Vereadores e suplentes, nos casos previstos em lei, e, em face de deliberação do Plenário, expedir decreto legislativo de cassação do mandato;
X - Convocar suplente de Vereador quando for o caso;
XI - Declarar destituído o membro da Mesa ou de Comissão Permanente nos casos previstos, neste Regimento;
XII - Assinar as resoluções e decretos legislativos;
XIII - Dirigir as atividades legislativas da Câmara em geral, em conformidade com as normas legais e deste Regimento, e, em especial, exercendo as seguintes atribuições:
a) Convocar sessões extraordinárias da Câmara, e comunicar os Vereadores das convocações oriundas do Prefeito, inclusive durante o recesso;
b) Superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos;
c) Anunciar o início e o término do Expediente e da Ordem do Dia;
d) Determinar a leitura, pelo Vereador Secretário, das atas, pareceres, requerimentos e outras peças escritas sobre as quais deva deliberar o Plenário, na conformidade do Expediente de cada sessão;
e) Cronometrar a duração do Expediente e da Ordem do Dia;
f) Manter a ordem no recinto da Câmara, concedendo a palavra aos Vereadores inscritos, caçando-a, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em excessos;
g) Resolver as questões de ordem;
h) Interpretar o Regimento Interno, para aplicação aos casos omissos;
i) Anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação;
j) Proceder à verificação do quórum, de ofício ou a requerimento de Vereador;
k) Encaminhar os processos e expedientes ás Comissões Permanentes para parecer, controlando-lhes o prazo.
XIV - Praticar os atos essenciais de intercomunicação com o Executivo notadamente:
a) Receber as mensagens de proposta legislativa, fazendo-as protocolar;
b) Encaminhar ao Prefeito por protocolo, os projetos de lei aprovados e comunicar-lhe os projetos de sua iniciativa desaprovados, bem como os vetos rejeitados ou mantidos;
c) Solicitar ao Prefeito as informações pretendidas pelo Plenário e convocar a comparecer na Câmara os Secretários, para explicações, na forma regular;
d) Requisitar as verbas destinadas ao Legislativo, mensalmente;
e) Solicitar mensagem com propositura de autorização legislativa para suplementação dos recursos da Câmara quando necessário.
XV - Promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis não sancionadas pelo Prefeito no prazo, e as disposições constantes de veto rejeitado, fazendo-os publicar;
XVI - Ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos, juntamente com o 1º Secretário ou outro Vereador expressamente designado para tal fim;
XVII - Determinar licitação para contratações administrativas de competência da Câmara, quando exigível;
XVIII - Apresentar ou colocar à disposição do Plenário mensalmente, o balancete da Câmara do mês anterior;
XIX - Administrar o pessoal da Câmara fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos funcionários do Legislativo vantagens legalmente autorizadas, determinando a apuração de responsabilidade administrativa, civil e criminal de funcionários faltosos e aplicando-lhes penalidades, julgando os recursos hierárquicos de funcionários da Câmara e praticando quaisquer outros atos atinentes a essa área de sua gestão;
XX - Mandar expedir certidões requeridas para defesa de direitos e esclarecimentos de situações;

XXI - Exercer atos de poder de polícia em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal, dentro ou fora do recinto da mesma;
XXII - Autografar os projetos de lei aprovados pra sua remessa ao Executivo;
XXIII – Zelar para que os gastos da Câmara não excedam os limites previstos na Constituição da República, na Lei Orgânica do Município e na Legislação Federal aplicável.
Art. 31. O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito nos casos previstos em lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação coma a função legislativa.
Art. 32. O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições ao Plenário, mas deverá afastar-se da direção da Mesa quando estiverem as mesmas em discussão ou votação.
Art. 33. O Presidente da Câmara poderá votar nos seguintes casos:

I - Na eleição da Mesa;
II - Quando a matéria exigir, para sua aprovação, voto favorável de dois terços ou da maioria absoluta dos membros da Câmara;
III - No caso de empate, nas votações públicas e secretas.
Art. 34. O Vice - Presidente da Câmara, salvo o disposto no art. 35 e seu parágrafo único, e, na hipótese de atuação como membro efetivo da Mesa nos casos de competência desse órgão, não possui atribuição própria, limitando-se a substitui o Presidente nas faltas e impedimentos pela ordem.
Art. 35. O Vice - Presidente ou seu substituto promulgará e fará publicar as resoluções e decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixe escoar o prazo para fazê-lo.
Parágrafo Único – O disposto neste artigo aplica-se também as leis municipais, quando o Prefeito e Presidente da Câmara sucessivamente, tenham deixado expirar o prazo da sua promulgação e publicação subsequente.
Art. 36. **Compete ao 1º Secretário:**
I - Organizar o Expediente e a ordem do Dia;
II - Fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a sessão e nas ocasiões determinadas pelo Presidente, anotando os comparecimentos e as ausências.
III - Ler a ata, e as proposições e os demais documentos que devam ser de conhecimento da Casa;
IV - Fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;
V - Elaborar a redação das atas, resumindo os trabalhos da sessão e assinando-as juntamente com o Presidente;
VI - Certificar a frequência dos Vereadores, para efeito de pagamento dos subsídios;
VII - Registrar em livro próprio, os precedentes firmados na aplicação do Regimento Interno para a solução de casos futuros;
VIII - Manter à disposição do Plenário, os textos legislativos de manuseio mais frequente devidamente atualizados;
IX - Manter em arquivo fechado as atas lacradas de sessões secretas;
X - Cronometrar o tempo das sessões e o uso da palavra pelos Vereadores;
Parágrafo Único - Compete ao Segundo Secretário substituir o Primeiro Secretário nas suas ausências, licenças e impedimentos, bem como auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições quando da realização das sessões em Plenário.

Seção IV
Das Atribuições do Plenário
Art. 37. O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara constituindo-se do conjunto de Vereadores em exercício, em local, forma e número legal para deliberar.
§ 1º. Local é o recinto de sua sede;
§ 2º. A forma legal para deliberar é a sessão;
§ 3º. Número é o quórum determinado na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno, para realização de sessões e para as deliberações;
§ 4º. Integra o Plenário, o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação;
§ 5º. Não integra o Plenário o Presidente da Câmara, quando se achar em substituição ao Prefeito.
Art. 38. **São atribuições do Plenário:**
I - Elaborar, com a participação do Poder Executivo, as leis municipais;
II - Votar o orçamento anual, a lei de diretrizes orçamentárias e o plano plurianual;
III - Legislar sobre tributos e estabelecer critérios gerais para a fixação dos preços dos serviços municipais;
IV - Autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais, bem como aprovar os créditos extraordinários;
V - Autorizar a obtenção de empréstimos e operações de créditos, bem como a forma e os meios de pagamento;
VI - Autorizar a concessão de auxílio e subvenções de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;
VII - Autorizar a concessão para a exploração de serviços, ou de utilidade pública;
VIII - Dispor sobre aquisição, administração, utilização e alienação dos bens do domínio do município;
IX - Autorizar a remissão de dívidas e conceder isenções e anistias fiscais, bem como dispor sobre moratória e benefícios;
X - Criar, alterar e extinguir cargos públicos e fixar os respectivos vencimentos;
XI - Dispor sobre denominação de próprios, vias e logradouros públicos;
XII - Dispor sobre a fixação da zona urbana e de expansão urbana;
XIII - Dispor sobre a organização e a estrutura básica dos serviços municipais;
XIV - Estabelecer normas de política administrativa, nas matérias de competência do município;
XV - Estabelecer o regime jurídico dos servidores municipais;
XVI - Fixar os subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice - Prefeito e dos Secretários Municipais, nos limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município;
Parágrafo Único - É de competência privativa do Plenário, entre outras:

I - Eleger os membros de sua Mesa e destituí-los na forma regimental;
II - Elaborar e votar seu Regimento Interno;
III - Organizar os seus serviços administrativos;
IV - Conceder licença ao Prefeito e aos Vereadores;
V - Autorizar o Prefeito a ausentar-se do município por mais de 15 (quinze) dias;
VI - Criar comissões permanentes e temporárias;
VII - Apreciar vetos;
VIII - Cassar o mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em lei;
IX - Tomar e julgar as contas do Município;
X - Conceder títulos de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;

XI - Requerer informações do Prefeito sobre assuntos referentes a administração;
XII - Convocar os Secretários para prestar informação sobre matéria de sua competência.

CAPÍTULO II
Das Comissões
Seção I
Disposições Gerais

Art. 39. As Comissões são órgãos técnicos, permanentes ou temporários, compostos de 03 (três) Vereadores com a finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara e emitir pareceres sobre a mesma, ou de proceder estudos sobre assuntos de natureza essencial ou ainda de investigar determinados fatos de interesse da administração, com as seguintes denominações:

I - Comissões Permanentes;
II - Comissões Especiais;
III - Comissões Processantes;
IV - Comissões de Representação;
V - Comissões Parlamentares de Inquérito.
Art. 40. As Comissões, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes, Secretários e Relatores, e prefixar os dias de reuniões ordinárias ou extraordinárias e a ordem dos trabalhos, sendo tudo transcrito em livro próprio.
§ 1º Na Constituição das Comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares que participem da Câmara.
§ 2º O Presidente da Câmara não poderá participar de Comissão Permanente, Comissão Parlamentar de Inquérito e de Comissão Processante.
§ 3º O Presidente da Câmara poderá substituir, a seu critério, qualquer membro da Comissão Especial ou de Comissão de Representação, observando o § 1º deste artigo, não se aplicando aos membros de Comissão Processante, Parlamentar de Inquérito ou Permanente.
Art. 41. **Durante o recesso**, no término de cada sessão legislativa, haverá uma Comissão Representativa da Câmara, eleita na última sessão ordinária do ano, em votação secreta, observada a proporcionalidade partidária, constituída por número ímpar de Vereadores, presidida pelo Presidente da Câmara, com as seguintes atribuições e sistemática de trabalho:
I - Reunir-se extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente;
II - Zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;
III - Zelar pela observância da Lei Orgânica e dos direitos e garantias individuais;
IV - Autorizar o Prefeito a se ausentar do Município por mais de quinze dias;
V - Convocar extraordinariamente a Câmara em caso de urgência ou de interesse público relevante.
Parágrafo Único: A Comissão Representativa apresentará a Mesa Diretora da Câmara relatório dos trabalhos por ela realizados quando do reinício do período de funcionamento ordinário da Câmara.

Seção II
Das Comissões Permanentes

Art. 42. Às Comissões Permanentes incube:

I - Estudar as proposições e assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles sua opinião para orientação do Plenário;
II - Discutir e votar projetos de lei que dispensarem a competência do Plenário, nos termos do art. 43 deste Regimento Interno.
Parágrafo Único: As Comissões Permanentes são as seguintes:

I - Legislação, Justiça e Redação Final;
II - Finanças e Orçamento;
III - Obras, Serviços Públicos, Agroindústria, Comércio e Turismo;
IV - Educação, Saúde e Assistência Social.
Art. 43. Às Comissões Permanentes, no âmbito de suas atribuições, cabe, se assim o quiserem, sem a discussão e a deliberação do Plenário, nos termos da Lei Orgânica do Município, discutir e votar projetos de lei, exceto quando a:

I - Projeto de lei complementar;
II - Projetos de iniciativa de Comissões;
III - Projetos de códigos, estatutos e consolidações;
IV - Projetos de iniciativa popular;
V - Projetos que tenham recebido pareceres divergentes;
VI - Projetos em regime de urgência;
VII - Alienação ou concessão de bens imóveis municipais;
VIII - Alterações do Regimento Interno;
IX - Autorização para todo e qualquer tipo de operação de natureza financeira de interesse do Município, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Municipal.
X - Projetos que instituam impostos previstos na Lei Orgânica do Município;
XI - Proposta de emenda à Lei Orgânica;
§ 1º Nas matérias em que as Comissões Permanentes sejam competentes para discutir e votar, encerrada a discussão e votação, a decisão da Comissão será, em seguida, comunicada ao Presidente da Câmara que imediatamente dará ciência ao Plenário e publicará nas dependências da Câmara Municipal, e não havendo interposição de recursos, o projeto será encaminhado para a sanção e promulgação se aprovado, em caso contrário, arquivado pela Câmara.
§ 2º Havendo interposição de recurso para a discussão e votação da matéria pelo Plenário da Câmara, o mesmo deverá ser feito no prazo de 03 (três) dias, contados da ciência dada ao Plenário, referida no § 1º deste artigo, assinado por um terço dos membros da Câmara e dirigido ao Presidente da Casa.
§ 3º Aplica-se à tramitação das proposições submetidas à deliberação conclusiva das Comissões Permanentes, as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias submetidas à apreciação do Plenário.

Seção III

Da Formação e Modificação das Comissões Permanentes

Art. 44. Os membros das Comissões Permanentes serão eleitos na sessão seguinte à eleição da Mesa para toda a legislatura mediante votação em Escrutínio público, através de cédulas previamente elaboradas, impressas ou datilografadas, contendo os nomes dos Vereadores Indicados pelos seus líderes, a legenda partidária e as respectivas Comissões.
§ 1º Os Vereadores concorrerão à eleição sob a mesma legenda com a qual foram eleitos não podendo ser votados os Vereadores licenciados e os suplentes.
§ 2º O mesmo Vereador não pode ser eleito para mais de 02 (duas) Comissões Permanentes.
§ 3º Nas Comissões Permanentes cada membro terá um suplente, indicado pelo representante de seu Partido na Câmara, na mesma data da constituição das Comissões.
Art.45. O membro da Comissão Permanente poderá, por motivo justificado, solicitar dispensa da mesma.
Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste artigo, quando da substituição do membro, observar-se-á a condição prevista no § 1º do art. 40 deste Regimento.
Art. 46. Os membros das Comissões permanentes serão destituídos caso não compareçam, em cada sessão legislativa, á três reuniões consecutivas ordinárias ou a cinco intercaladas da respectiva Comissão, salvo motivo de força maior, devidamente comprovada.
Parágrafo Único: A destituição dar-se-á por simples petição de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara que após comprovar a autenticidade da denúncia, declarará vago o cargo.
Art. 47. As vagas nas Comissões Permanentes por impedimento, renúncia, destituição ou por extinção ou perda do mandato de Vereador, serão supridas por livre designação do líder da bancada a que pertencia o titular, e, por isso, não sendo possível, far-se-á nova eleição. Persistindo a vaga, esta será suprida por simples designação do Presidente da Câmara.

Seção IV
Do Funcionamento das Comissões Permanentes

Art. 48. As Comissões Permanentes só poderão reunir-se em regime de urgência especial, no período destinado à Ordem do Dia da Câmara, se a sessão for suspensa de ofício, pelo Presidente da Câmara.
Art. 49. As Comissões Permanentes poderão reunir-se extraordinariamente sempre que necessário, presentes pelo menos dois de seus membros, devendo, para tanto, serem convocados pelo respectivo Presidente, no curso de reunião Ordinária da Comissão.
Parágrafo Único – As convocações extraordinárias das Comissões, fora da reunião serão sempre por escrito, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.
Art.50. Das reuniões de Comissões Permanentes, lavrar-se-ão atas, em livro próprio, pelo Secretário incumbido de assessorá-la, as quais serão assinadas pelos seus respectivos Presidentes.
Art. 51. **Compete ao Presidente das Comissões Permanentes:**
I - Convocar reuniões extraordinárias da Comissão;
II - Presidir as reuniões da Comissão e zelar pela ordem dos trabalhos;
III - Receber as matérias destinadas à Comissão;
IV - Fazer observar os prazos dentro dos quais a Comissão deverá desincumbir-se de seus misteres;
V - Representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;
VI - Conceder vista de matéria, por três dias, ao membro da Comissão que o solicitar, salvo nossa casos de tramitação em regime de urgência;
VII - Avocar o expediente, para emissão do parecer em 48 (quarenta e oito) horas, quando não tenha feito o relator no prazo regimental.
Art. 52. Encaminhar qualquer matéria ao Presidente da Comissão Permanente, este designar-lhe- à tramitação imediata.
Art. 53. É de 10 (dez) dias o prazo para qualquer Comissão Permanente pronunciar-se, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente.
§ 1º O prazo a que se refere este artigo será duplicado em se tratando de proposta orçamentária e de processo de prestação de contas do Município.
§ 2º O prazo a que se refere este artigo será reduzido pela metade, quando se tratar da matéria colocada em regime de urgência e de emendas e subemendas apresentadas à Mesa.
Art. 54. Qualquer Vereador ou Comissão poderá requerer por escrito ao Plenário, a audiência da Comissão a que a proposição não tenha sido previamente distribuída, devendo fundamentar detidamente o requerimento.
Parágrafo Único – Caso o Plenário acolha o requerimento, a proposição será enviada à Comissão, que se manifestará nos mesmos prazos previstos no art. 53 deste Regimento.
Art. 55. Escoado o prazo sem que tenha sido proferido o parecer, a matéria será incluída imediatamente na Ordem do Dia, para que o Plenário se manifeste sobre a dispensa do mesmo.
Art. 56. Somente serão dispensados os pareceres das Comissões, por deliberação do Plenário mediante requerimento escrito de Vereador ou por solicitação do Presidente da Câmara através de despacho nos autos, nas situações de que trata o artigo 55 e quando se tratar de proposição colocada em regime de urgência, na hipótese prevista no § 2º do art. 118 deste Regimento.

Seção V
Da Competência Específica de Cada Comissão Permanente

Art. 57. **Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final**, manifestar-se em todas as proposições que tramitem na Casa, quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental, gramatical e lógico, salvo expressa disposição em contrário deste Regimento.
§ 1º Quando a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final emitir parecer pela inconstitucionalidade de qualquer proposição, será esta considerada rejeitada e arquivada definitivamente, por despacho do Presidente da Câmara, se o parecer contrário for pela unanimidade dos membros da Comissão.
§ 2º Tratando-se de inconstitucionalidade parcial, a Comissão poderá oferecer emenda corrigindo o vício.
§ 3º A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sempre em primeiro lugar.
§ 4º A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sobre o mérito da proposição, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, nos seguintes casos:
I - Organização administrativa da Prefeitura e da Câmara;
II - Criação de entidade de administração indireta ou de Fundação;
III - Aquisição e alienação de bens e imóveis do Município;
IV - Concessão de licença ao Prefeito;
V - Alteração de denominação de próprios municipais, vias e logradouros públicos;
VI - Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito;

VII - Veto;
VIII - Emenda ou reforma da Lei Orgânica do Município;
IX - Concessão de título honorífico ou qualquer outra homenagem;
X - Todas as demais matérias não consignadas ás outras Comissões.
Art. 58. **Compete a Comissão de Finanças e Orçamento** opinar, obrigatoriamente, sobre todas as matérias de caráter financeiro e especialmente quanto ao mérito, quando for o caso de:
I - Diretrizes orçamentárias;
II- Proposta orçamentária e o plano plurianual;
III - Matéria tributária;
IV- Abertura de Créditos, empréstimos públicos;
V - Proposições que, direta ou indiretamente alterem a despesa ou a receita do Município.
VI - Proposições que acarretam em responsabilidades ao erário municipal ou interessem ao crédito ou ao patrimônio público municipal;
VII - Fixação ou aumento dos vencimentos do funcionalismo público;
VIII – Fixação e atualização dos subsídios do Prefeito, do Vice - Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores.
Art. 59. **Compete a Comissão de Obras, Serviços Públicos, Agroindústria, Comércio e Turismo**, opinar obrigatoriamente, quanto ao mérito, sobre as seguintes matérias:
I - Código de obras e código de posturas;
II - Plano diretor e de desenvolvimento integrado;
III - Aquisição, alienação e concessão de bens imóveis do Município;
IV - Quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais;
V - Atividades produtivas em geral, públicas ou privadas, envolvendo os setores primário, secundário e terciário da economia do Município.
Art. 60. **Compete à Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social**, apreciar e manifestar-se obrigatoriamente quanto ao mérito em todos os projetos e matérias que versem sobre:
I - Assuntos educacionais, artísticos e desportivos;
II - Concessão de bolsas de estudo;
III - Patrimônio histórico;
IV - Saúde pública e saneamento básico;
V - Assistência social e previdenciária em geral;
VI - Reorganização administrativa da Prefeitura nas áreas de educação, saúde e assistência social;
VII - Implantação de centros comunitários sob auspício oficial;
VIII - Declaração de utilidade pública municipal a entidade que possuam fins filantrópicos.
Art. 61. O estudo de qualquer matéria, pelas Comissões Permanentes, poderá ser feito em reunião conjunta de duas ou mais Comissões, por iniciativa de qualquer uma delas, aceita pelas demais sob a direção do Presidente mais idoso.
Parágrafo Único – Nas reuniões conjuntas observar-se-á as seguintes normas:
I - Em cada Comissão deverá estar presente a maioria de seus membros;
II - O estudo das matérias será conjunto, mas a votação far-se-á separadamente;
III - Cada Comissão poderá ter o seu relator, se não preferir relator único;
IV - O parecer das Comissões poderá ser em conjunto, desde que se consigne a manifestação de cada uma delas.
Art. 62. É vedado a qualquer Comissão manifestar-se sobre a constitucionalidade ou legalidade de qualquer proposição, contrariando o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.
Art. 63. Somente a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sobre o veto, salvo se esta solicitar a audiência de outra comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observando o disposto no parágrafo único do art. 61 deste Regimento.

Seção VI
Das Comissões Especiais, Processantes e de Representação

Art. 64. As Comissões Especiais destinadas a proceder o estudo de assuntos de especial interesse do Legislativo, serão criadas através de resolução, aprovada em Plenário por maioria absoluta, proposta pela Mesa ou mediante requerimento de, pelo menos três Vereadores, com a sua finalidade específica e o prazo para apresentação do relatório de seus trabalhos.
§ 1º O Presidente da Câmara diante das indicações dos nomes dos Vereadores, feitas pelos seus representantes partidários ou blocos formados, fará constar na resolução de criação os nomes dos membros das Comissões Especiais, observando sempre que possível, a composição partidária proporcional.
§ 2º A Comissão Especial extinguir-se-á findo o prazo de sua duração, indicado na resolução que a constituir, haja ou não concluído os seus trabalhos.
§ 3º A Comissão Especial relatará suas conclusões ao Plenário, através do seu Presidente sob a forma de Relatório fundamentado e aprovado pela maioria de seus membros e se houver de propor medidas, oferecerá projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo, que deverá conter assinatura de, pelo menos, dois de seus membros.
§4º No caso do Relatório não ser aprovado pela maioria de seus membros, o mesmo será remetido ao Presidente da Câmara, juntamente coma demais peças documentais existentes, para o seu arquivamento.
§ 5º Na votação do relatório, os membros da Comissão poderão apresentar seu voto por escrito e devidamente fundamentado.
Art. 65. A Câmara constituirá **Comissão Processante** no caso de processo de cassação pela prática de infração político-administrativa do Prefeito ou de Vereador, observando-se os procedimentos e as disposições previstas na Lei Federal aplicável e na Lei Orgânica do Município.
Art. 66. **As Comissões de Representação** serão constituídas para representar a Câmara em atos externos de caráter cívico ou cultural, dentro ou fora do território do Município e atender as disposições previstas no art. 41 deste Regimento.

Seção VII
Das Comissões Parlamentares de Inquérito

Art. 67. A Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado de um terço de seus membros, criará **Comissão Parlamentar de Inquérito** que funcionará na sede da Câmara, através de resolução baixada pela Presidência no prazo de quarenta e oito horas, contadas da leitura do requerimento em Plenário, para apuração de fato determinado que se inclua na competência municipal e por prazo certo, que não será superior a noventa dias, prorrogáveis até por igual período, a juízo do Plenário, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Município, que estiver devidamente caracterizado no requerimento e na resolução de criação da Comissão.
§ 2º O Presidente da Câmara diante das indicações dos nomes dos Vereadores, feitas pelos seus representantes partidários ou blocos formados, fará constar na resolução de criação os nomes dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, observando, sempre que possível, composição partidária proporcional.
§ 3º Não participará como membro de Comissão Parlamentar de Inquérito o Vereador que estiver envolvido ou que tiver interesse pessoal no fato a ser apurado.
§ 4º Todos os atos e diligências da Comissão serão transcritos e autuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo seu Presidente, contendo também a assinatura dos depoentes, quando se tratar de depoimentos tomados de autoridades ou testemunhas.
§ 5º A Comissão Parlamentar de Inquérito, através da maioria de seus membros, no interesse da investigação poderá:
I - Proceder vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;
II - Requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;
§ 6º No exercício de sua atribuição, poderá ainda, a Comissão Parlamentar de Inquérito, através de seu Presidente:
I - Determinar as diligências que achar necessárias;
II - Requerer a convocação de secretários municipais;
III - Tomar depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;
IV - Proceder a verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da administração direta e indireta;
§ 7º As testemunhas serão intimadas e deporão sob as penas do falso testemunho, previstas na legislação penal, e em caso de não comparecimento, sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade onde as mesmas residem ou se encontram, na forma do Código de Processo Penal.
§ 8º Se não concluir seus trabalhos no prazo que lhe tiver sido estipulado, a Comissão se extinguirá, ficando prejudicada toda apuração já realizada, salvo se, antes do término do prazo, seu Presidente requerer a prorrogação por menor ou igual período e o requerimento for aprovado por maioria absoluta pelo Plenário, em sessão ordinária da Câmara.
§ 9º Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem funcionando, pelo menos duas, salvo, mediante Projeto de Resolução aprovado por dois terços dos membros da Câmara.
§ 10º Qualquer Vereador poderá comparecer às reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, mediante consentimento de seu Presidente desde que:
I - Não tenha participação nos debates;
II - Conserve-se em silêncio durante os trabalhos;
III - Não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no recinto;
IV - Atenda às determinações do Presidente.
§ 11º A Comissão concluirá seus trabalhos através de relatório final, que deverá conter:
I - A exposição dos fatos submetidos à apuração;
II - A exposição e análise das provas colhidas;
III - A conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;
IV - A conclusão sobre a autoria dos fatos apurados como existentes;
V - A sugestão das medidas a serem tomadas, com sua fundamentação legal;
VI - A indicação das autoridades que tiverem competência para a adoção das providências reclamadas.
§ 12º Considera-se relatório final o elaborado pelo relator eleito, desde que aprovado pela maioria dos membros da Comissão, e não o sendo, considera-se relatório final o elaborado por um dos membros com voto vencedor, designado pelo Presidente da Comissão, o qual deverá ser assinado primeiramente por quem o redigiu, e, em seguida, pelos demais membros.
§ 13º Na votação do relatório, os membros da Comissão poderão apresentar seu voto por escrito e devidamente fundamentado.
§ 14º O relatório final será protocolado na secretaria da Câmara Municipal, acompanhado das demais peças do processo, para ser lido em Plenário, no Pequeno Expediente da primeira sessão ordinária seguinte, o qual independerá de apreciação do Plenário, devendo o Presidente dar-lhe encaminhamento de acordo com as recomendações nele propostas.
§ 15º A secretaria da Câmara deverá fornecer cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Vereador que a solicitar, independente de requerimento.

TÍTULO III
Dos Vereadores
CAPÍTULO I
Disposições Preliminares
Do Exercício da Vereança

Art. 68. Os Vereadores são agentes políticos investidos do mandato legislativo municipal, eleitos pelo sistema partidário e de representação proporcional por voto secreto e direto.
Art. 69. **É assegurado ao Vereador**, uma vez empossado:
I - Participar de todas as discussões e votar nas deliberações do Plenário, salvo quando tiver interesse na matéria, direta ou indiretamente, o que comunicará ao Presidente;
II - Votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes;
III - Apresentar proposição e sugerir medidas que visem o interesse coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativa exclusiva do Executivo e da Mesa;
IV - Concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimentos;
V - Usar da palavra em defesa das proposições apresentadas que visem o interesse do Município, ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público, sujeitando-se às limitações deste Regimento.

Seção II
Das Vedações, Perda do Mandato e Falta de Decoro

Art. 70. **É vedado ao Vereador:**
I - Desde a expedição do diploma;
a) Firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
b) Aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta Municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto do art. 38 da Constituição Federal.

II - Desde a posse:
a) Ocupar cargo, função ou emprego, na administração Pública Direta ou Indireta do Município, de que seja exonerado "ad nutun", salvo o cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, desde que se licencie do mandato;
b) Exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;
c) Ser proprietário controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;
d) Patrocinar causa junto ao Município em que seja interessado em qualquer das entidades a que se refere a alínea "a" do inciso I deste artigo.
Art. 71. **Perderá o mandato o Vereador:**
I - Que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo 70;
II - Cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;
III - Que utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;
IV - Que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;
V - Que fixar residência fora do Município;
VI - Que perder ou tiver suspenso os direitos políticos;
§ 1º Nos casos dos incisos I e II a perda do mandato será declarada pela Câmara por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.
§ 2º Nos casos previstos nos incisos III e VI, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de Partidos Políticos representados na Casa, assegurada ampla defesa.
§ 3º O processo de cassação do mandato de Vereador obedecerá, além dos parágrafos 1º e 2º deste artigo, o estabelecido em Lei Federal, na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno.
§ 4º Sempre que o Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara excesso que deve ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as providências seguintes conforme a gravidade:
I - Advertência em Plenário;
II - Cassação da palavra;
III - Determinação para retirar-se do Plenário;
IV - Suspenção da Sessão, para entendimentos na sala da presidência;
V - Proposta de cassação de mandato de acordo com legislação vigente.
§ 5º **Considera-se atentatório do decoro parlamentar**, quando o detentor do uso da palavra usar expressões que configurem crimes contra a honra ou contenham incitamento à prática de crimes.
§ 6º **É incompatível com o decoro parlamentar:**
I - O abuso das prorrogativas legais asseguradas ao Vereador;
II - A percepção de vantagens indevidas;
III - A prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes.

Seção III
Das Penalidades Por Falta de Decoro

Art. 72. As infrações definidas nos parágrafos 5º e 6º do artigo 71, acarretam as seguintes penalidades, em ordem de gradação:
I - Censura;
II - Perda temporária do exercício do mandato, até o máximo de trinta dias;
III - Perda do mandato.
Art. 73. A censura será verbal ou escrita:
§ 1º A censura verbal será aplicada em sessão pelo Plenário da Câmara ou de Comissão, no âmbito desta, ao Vereador que:
I - Inobservar os deveres inerentes do mandato ou os preceitos deste Regimento;
II - Praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;
III - Perturbar a ordem nas sessões da Câmara ou nas reuniões das Comissões.
§ 2º A censura escrita será imposta pela Mesa, ao Vereador que:
I - Na qualidade de detentor do uso da palavra, usar expressões atentatórias do decoro parlamentar;
II - Praticar ofensas físicas ou morais no edifício da Câmara, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos Presidentes.
Art. 74. Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, por falta de decoro parlamentar, o Vereador que:
I – reincidir nas hipóteses previstas nos parágrafos 1° e 2° do artigo 73;
II – praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos deste Regimento;
III – revelar conteúdo de debates ou deliberação que a Câmara ou Comissão haja resolvido, devam ficar secretas;
IV – revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenham tido conhecimento na forma regimental;
V – faltar sem motivo justificado, a cinco sessões ordinárias consecutivas ou dez intercaladas, dentro da sessão legislativa ordinária.
§ 1° Nos casos dos incisos I a IV, a penalidade será aplicada pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria simples, assegurada ampla defesa ao infrator.
§ 2º Na hipótese do inciso V, a mesa aplicará, de ofício, o máximo da penalidade, resguardado o princípio da ampla defesa.

Seção IV
Da Suspensão do Exercício da Vereança

Art. 75. Extingue-se o mandato de vereador, devendo ser declarado pelo Presidente da Câmara, obedecida a Legislação Federal, quando:
I – ocorrer falecimento, renúncia por escrito lida em Plenário, cassação dos direitos políticos ou condenação com pena acessória específica;
II – deixar de tomar posse, sem motivo justificado, perante a Câmara Municipal, dentro do prazo estabelecido no art. 8° deste Regimento;
III – deixar de comparecer em cada sessão Legislativa anual, a terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo por motivo de doença comprovada licença ou missão autorizada pela edilidade, ou, ainda deixar de comparecer a cinco sessões extraordinárias convocadas por escrito pelo Presidente, para apreciação de matéria urgente, desde que comprovado o recebimento da convocação, em ambos os casos, assegurada ampla defesa;
IV – incidir nos impedimentos para o exercício do mandato estabelecidos em lei, não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes, no prazo fixado em lei ou neste Regimento.
Art. 76. A extinção do mandato se torna efetiva pela declaração do ato ou fato pelo Presidente, que fará constar da ata da primeira sessão, comunicando ao Plenário e convocando imediatamente o respectivo suplente.

Parágrafo Único – Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providencias deste artigo, o suplente de Vereador, o Prefeito Municipal ou o Presidente do partido Político, poderá requerer a declaração da extinção do mandato, por via judicial, de acordo com a lei federal.
Art. 77. A renúncia do Vereador será sempre escrita, assinada e com firma reconhecida, reputando-se aberta a vaga a partir da sua leitura em plenário pelo detentor do mandato ou pelo 1° Secretário.

Seção V
Do Processo Destituitório

Art. 78. Sempre que qualquer Vereador propuser e destituição de membro da Mesa o plenário conhecendo da representação deliberará preliminarmente em face da prova documental oferecida por antecipação pelo representante sobre o processamento da matéria.
§ 1° Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, a mesma será atuada pelo 1° Secretário, Presidente ou o substituto legal, se for ele o denunciado e determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias e arrolar testemunhas até o máximo de 03 (três), sendo-lhe enviada cópia de peça acusatória e dos documentos que a tenham instruído.
§ 2° Se houver defesa, anexada à mesma com os documentos que a acompanharem aos autos, o Presidente mandará notificar o representante para confirmar a representação ou retirá-la no prazo de 05 (cinco) dias.
§ 3° Se não houver defesa, ou se havendo e o representante confirmar a acusação, será sorteado relator para o processo e convocar-se á sessão extraordinária para a apreciação da matéria na qual serão inquiridas as testemunhas de defesa e de acusação até o máximo de 03 (três) para cada lado;
§ 4° Não poderá funcionar como relator o membro da Mesa.
§ 5° Na sessão o relator, que se servirá de Assessor Jurídico da Câmara para coadjuva-lo, inquirirá as testemunhas perante o Plenário, podendo qualquer Vereador formular-lhes perguntas do que se lavrará assentada.
§ 6° Finda a inquirição, o Presidente da Câmara concederá 30 (trinta) para se manifestarem individualmente o representante, o acusado e o relator, seguindo-se a votação da matéria pelo plenário.
§ 7° Se o Plenário decidir por dois terços de votos dos Vereadores, pela destituição, será elaborado projeto de resolução pelo Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e o Presidente da Câmara declarará destituído o membro da Mesa.

CAPÍTULO II
Das Licenças, das Vagas

Art. 79. O Vereador poderá licenciar-se mediante requerimento dirigido a Presidência, nos seguintes casos:
I – Por motivo de doença devidamente comprovada, com subsídios integrais;
II – Para tratar de interesse particular, conforme dispuser a Lei Orgânica;
III – Para desempenhar missões temporárias e de caráter cultural ou de interesse do Município.
§ 1° Ao Vereador licenciado nos termos do inciso III, a Câmara poderá determinar o pagamento de auxílio especial, no valor que estabelecer e na forma que especificar.
§ 2° Será considerado automaticamente licenciado o Vereador investido no cargo de prefeito ou Secretário Municipal.
§ 3° Dar-se a convocação de suplente de Vereador nos casos de vaga, licença ou em impedimentos previstos na Lei Orgânica do Município.
§ 4° Sempre que ocorrer vaga, licença ou impedimento, o Presidente da Câmara convocará o respectivo Suplente que deverá tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo.
§ 5° Em caso de vaga, não havendo Suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao TER, a quem compete realizar eleição para preenchê-la se faltarem mais de 18 (dezoito) meses para o término do mandato.
§ 6° Enquanto a vaga a que se refere o § 5° deste artigo não for preenchida, calcular-se-á o quórum em função dos Vereadores remanescentes.

CAPÍTULO III
Dos Líderes
Art. 80. Os partidos políticos poderão ter líderes e vice-líderes na Câmara, que serão seus porta-vozes com prerrogativas constantes deste Regimento.
Art. 81. A indicação dos líderes será feita em documento subscrito pelos membros das representações majoritárias, blocos parlamentares ou pelos Partidos Políticos, a Mesa, nas 24 horas que se seguirem à instalação do primeiro período legislativo anual.
§ 1° Os líderes indicarão os respectivos vice-líderes, dando conhecimento a Mesa da Câmara.
§ 2° Enquanto não houver a indicação dos líderes, serão tidos como tais Vereadores mais votados da respectiva bancada;
§ 3° Não havendo unanimidade entre os Vereadores componentes da bancada, será considerado líder aquele cuja indicação tiver maior número de assinatura da respectiva bancada;
§ 4° Quando as bancadas entenderem de substituir seus líderes, deverão fazê-lo na forma prevista no “caput” deste artigo, tendo validade após leitura no Expediente de sessão ordinária da Câmara;
§ 5° Não serão reconhecidos como líderes para o gozo das prerrogativas regimentais os representantes de grupos, ala, facções ou do Prefeito.
Art. 82. Os líderes terão um terço a mais do prazo para uso da palavra nos casos previstos no art. 156, itens I a IV deste Regimento.
Parágrafo Único – Para fazer comunicação em nome de seu partido, o líder poderá usar da palavra por 05 (cinco) minutos, em qualquer fase das sessões, desde que autorizado pela Presidência.

CAPÍTULO IV
Das Incompatibilidades e Impedimentos

Art. 83. As incompatibilidades de Vereador são somente aquelas previstas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.
Art. 84. São impedimentos do Vereador aqueles indicados na lei Orgânica do Município e neste Regimente Interno.

CAPÍTULO V
Dos Subsídios dos Vereadores

Art. 85. Os subsídios dos Vereadores serão fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, no último ano da legislatura para viger na subsequente, até trinta dias antes das eleições municipais observados os limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.
§ 1° Não prejudicarão o pagamento dos subsídios aos Vereadores presentes, a não realização de sessão por falta de quórum e a ausência de matéria a ser votada, e no recesso parlamentar, os subsídios serão pagos de forma integral.
§ 2° A mesma lei que fixará os subsídios dos Vereadores fixará também o valor da parcela indenizatória, a ser pago aos Vereadores, por sessão extraordinária, observado o limite estabelecido na Constituição Federal e Lei Orgânica do Município.
§ 3° Em nenhuma hipótese será remunerada mais de uma sessão extraordinária por dia, qualquer que seja a sua natureza.

Art. 86. Os subsídios e a parcela indenizatória fixados na forma do artigo 85, poderão ser revistos anualmente, por lei específica, sempre na mesma data e sem distinções de índices, coincidentemente com a revisão geral anual da remuneração dos serviços públicos do Município.
§ 1° Na fixação dos subsídios de que trata o artigo 85 e na revisão anual prevista no "caput" deste artigo, além de outros limites previstos na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica, serão ainda observados os seguintes:
I – O subsídio máximo do Vereador corresponderá a:
a) 20% (vinte por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, quando a população do Município for de até dez mil habitantes;
b) 30% (trinta por cento) do subsidio dos Deputados Estaduais, quando a população do Município for de dez mil e um a cinquenta mil habitantes;
c) 40% (quarenta por cento) do subsidio dos Deputados Estaduais, quando a população do Município for de cinquenta mil e um a cem mil habitantes;
d) 50% (cinquenta por cento) do subsidio dos Deputados Estaduais, quando a população do Município for de cem mil e um a trezentos mil habitantes;
e) 60% (sessenta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, quando a população do Município for de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes.
f) 70% (setenta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, quando a população do Município for superior a quinhentos mil habitantes.
II – O total da despesa com os subsídios e a parcela indenizatória previstos nesta Lei não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município, nem o limite legal de comprometimento aplicado as despesas com pessoal previsto em lei complementar federal.
§ 2°. Para os efeitos do inciso II do § 1° deste artigo, entende-se como receita do Município, o somatório de todas as receitas, exceto:
I – A receita de contribuição de servidores destinadas à constituição de fundos ou reservas para o custeio de programas de previdência social, mantidos pelo Município, de destinados a seus servidores;
II – Operações de crédito;
III – Receita de alienação de bens moveis e imóveis;
IV – Transferências oriundas da união ou do Estado através de convênio ou não para a realização de obras ou manutenção de serviços típicos das atividades daquelas esferas de governo.

TÍTULO IV
Das Proposições e da sua Tramitação
CAPÍTULO I
Das Modalidades de Preposição e de sua Forma

Art. 87 – Proposição é toda matéria sujeita a deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto.
Art. 88. São modalidades de proposição:
I – Proposta de emenda à lei Orgânica
II – Projeto de lei complementar
III – Projetos de lei;
IV – Projeto de decreto legislativo;
V – Projetos de resolução;
VI – Projetos substitutivos;
VII – Emendas e subemendas;
VIII – Vetos;
IX – Pareceres das Comissões Permanentes;
X – Relatórios das Comissões Especiais de qualquer natureza;
XI – Indicações;
XII – Requerimentos;
XIII – Representações;
Art. 89. As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial pelo seu autor.
§ 1° Considera-se autor da proposição, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário, sendo de simples apoio as assinaturas que se seguirem à primeira.
§ 2° Ao signatário da proposição só é lícito dela retirar sua assinatura antes da sua apresentação em Plenário.
Art. 90. Exceção feita ás emendas, subemendas, indicações, requerimentos e vetos, as proposições deverão conter emenda indicativa do assunto a que se referem.
Art. 91. As proposições consistentes em projetos de lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, deverão ser oferecidas com justificativa, por escrito.
Parágrafo Único – Nenhuma proposição poderá incluir matéria estranha ao seu objeto.

CAPÍTULO II
Das Proposições em Espécie

Art. 92. Toda matéria legislativa de competência da Câmara, dependente de manifestação do Prefeito, será objeto de projeto de Lei; todas as deliberações privativas da Câmara, tomadas em Plenário, que independem do Executivo, terão forma de decreto legislativo ou de resolução, conforme o caso, exceto o veto e o relatório de Comissão Parlamentar de Inquérito, em que a Câmara Municipal não seja competente para deliberar.
§ **1° Destinam-se os decretos legislativos** a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem sanção do Prefeito e que tenham efeito externo tais como:
I – Concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município por mais de quinze dias;
II – Aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas do Município, proferido pelo Tribunal de Contas do Estado;
III – Representação à Assembleia sobre modificação territorial ou mudança do nome da sede do Município;
IV – Mudança do local de funcionamento da Câmara;
V – Cassação do mandato do Prefeito, na forma prevista na legislação pertinente.
§ **2° Destinam-se as resoluções** a regulamentar matéria de caráter político e administrativo de sua economia interna, sobre as quais deva a Câmara pronunciar-se em casos concretos, tais como:
I – Perda de mandato de Vereador;
II – Concessão de licença a Vereador, para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;
III – Criação de Comissão Especial, ou Parlamentar de Inquérito;
IV – Conclusões de Comissão de Inquérito ou Especial, quando for o caso;
V – Qualquer matéria de natureza regimental;
VI – Todo e qualquer assunto de sua organização econômica interna, de caráter geral ou normativo.

Art. 93. A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, a mesa da Câmara, as Comissões Permanentes, ao Prefeito e ao eleitorado, ressalvado os casos de iniciativa exclusiva do Executivo e da mesa da Câmara, conforme determinação constitucional, legal ou deste Regimento.
Parágrafo Único – O eleitorado exercerá o direito de iniciativa das leis, sob a forma de moção articulada subscrita, no mínimo, por 5% (cinco por cento), do total de eleitores do Município.
Art. 94. **Substitutivo** é o projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.
Parágrafo Único – Não é permitido substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.
Art. 95. **Emenda** é a proposição apresentada como acessório de outra.
§ 1° As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas;
§ 2° Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte da outra;
§ 3° Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra;
§ 4° Emenda aditiva é a proposição que deve ser acrescentada à outra;
§ 5° Emenda modificativa é a proposição que visa alterar a redação de outra;
§ 6° A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.
Art. 96. Veto é a oposição formal e justificada do Prefeito a projeto de lei aprovado pela Câmara por considera-lo inconstitucional, ilegal, ou contrário ao interesse público.
Art. 97. Parecer é o pronunciamento por escrito de Comissão Permanente sobre matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída, podendo ser simplificado ou circunstanciado.
Parágrafo Único – O parecer poderá ser acompanhado de projeto substitutivo ao projeto de lei, decreto legislativo ou resolução que suscitou a manifestação de Comissão.
Art. 98. Relatório de Comissão Especial é o pronunciamento escrito que encerra as suas conclusões sobre o assunto que motivou a sua constituição.
Parágrafo Único – Quando as conclusões da Comissão Especial indicarem a tomada de medidas legislativas ou resolução, salvo se tratar de matéria de iniciativa reservada ao Prefeito.
Art. 99. Indicação é a proposição escrita pela qual o Vereador sugere medidas de interesse público, dispensado o parecer das Comissões Permanentes.
Art. 100. Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou de Comissão feito ao Presidente da Câmara ou por seu intermédio, sobre assunto do expediente da Ordem do dia ou de interesse pessoal do Vereador, dispensada a audiência das Comissões Permanentes.
§ 1° Serão verbais e decididos pelo Presidente da Câmara os requerimentos que solicitem:
I – A palavra ou desistência dela;
II – Permissão para falar sentado;
III – Leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
IV – Observância de disposição regimental;
V – Retirada pelo autor, de preposição ainda não inscrita na Ordem do Dia;
VI – Requisição de documento, processo, livro ou publicação existente na Câmara sobre proposição em discussão;
VII – Justificativa de voto e sua transcrição em ata;
VIII – Verificação de quórum;
IX – Licença de Vereador para ausentar-se da sessão.
§ 2° Serão igualmente verbais e sujeitos a deliberação do Plenário os requerimentos que solicitem:
I – Prorrogação de sessão ou dilatação da própria prorrogação;
II – Dispensa de leitura de matéria constante da Ordem do Dia;
III – Destaque de matéria para votação;
IV – Votação a descoberto;
V – Encerramento de Discussão;
VI – Inclusão de proposição em regime de urgência especial ou simples;
VII – Votos de louvor, congratulações, pesar ou repúdio;
VIII – Impugnação ou retificação da ata;
IX – Manifestação do Plenário sobre aspectos relacionados com a matéria em debate;
X – Dispensa de discussão de proposição com todos os pareceres favoráveis;
XI – Declaração em plenário de interpretações do Regimento.
§ 3° Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que versem sobre:
I – Audiência de Comissão Permanente;
II – Juntada de documentos a processo ou desentranhamento;
III – Transcrição integral de proposição ou documento em ata;
IV – Preferência para discussão de matéria ou redução do interstício regimental para discussão;
V – Anexação de proposições com objeto idêntico;
VI – Informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio;
VII – Retirada de proposição já inscrita na ordem do Dia;
IX – Convocação de Secretário Municipal para prestar esclarecimento em Plenário.
Art. 101. Representação é a exposição escrita e circunstanciada de Vereador ao Presidente da Câmara visando à destituição de membro da Mesa nos casos previstos neste Regimento.
Parágrafo Único – Para efeitos regimentais, equipara-se à representação, a denúncia contra o Prefeito ou Vereador, sob acusação de prática de ilícito político-administrativo.

CAPÍTULO III
Da Apresentação das Proposições

Art. 102. Toda e qualquer proposição escrita, para constar na pauta de sessão Ordinária, exceto nos casos previstos no art. 88, VIII, IX e X, deverá ser apresentada com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência na Secretaria da Câmara, que as protocolará, numerando-as e encaminhando-as ao Presidente.
Art. 103. Os projetos substitutivos das Comissões, os vetos, os pareceres, bem como os relatórios das Comissões Especiais, serão apresentadas nos próprios processos com encaminhamento ao Presidente da Câmara.
Art. 104. As emendas e subemendas serão apresentadas à Mesa até 48 horas antes do início da sessão em cuja Ordem do Dia se ache incluída a respectiva proposição, a não ser que sejam oferecidas por ocasião dos debates, ou se tratar de projeto em regime de urgência especial ou ainda, quando estejam assinadas pela maioria absoluta dos Vereadores.

§ 1° As emendas à proposta orçamentária, ao plano plurianual e às diretrizes orçamentárias serão oferecidas no prazo de 10 (dez) dias, a partir da inserção da matéria no expediente, à Comissão de Finanças e Orçamento.
§ 2° As emendas aos projetos de codificação e de estatutos serão apresentadas no prazo de 15 (quinze) dias à Comissão de Legislação, justiça e Redação Final, a partir da data em que esta receba o processo, sem prejuízo daquelas oferecidas por ocasião dos debates.
Art. 105. As representações far-se-ão acompanhar, obrigatoriamente de documentos hábeis que as instruam e, a critério de seu autor, de rol de testemunhas, devendo ser oferecidas em tantas vias quantos forem os acusados.
Art. 106. O Presidente, conforme o caso, não aceitará proposição:
I – Em matéria que não seja de competência do município;
II – Em que versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara ou privativos do Executivo;
III – Que visa delegar a outro poder atribuições próprias do Legislativo, salvo a hipótese de lei delegada;
IV – Que, sendo de iniciativa do Prefeito, tenha sido apresentada por Vereador;
V – Que seja apresentada por Vereador licenciado, afastado ou ausente;
VI – que tenha sido rejeitada anteriormente na mesa sessão Legislativa, salvo se tratar de matéria de iniciativa exclusiva do Prefeito, ou quando tenha sido subscrita pela maioria absoluta dos membros da Câmara;
VII – Que seja formalmente inadequada, por não serem observados os requisitos dos artigos 87 a 91 deste Regimento;
VIII – Quando a emenda e subemenda for apresentada fora do prazo, e não observar a restrição constitucional ao poder de emendar ou não tiver relação com a matéria da proposição principal;
IX – Quando a Indicação versar matéria que em conformidade com este Regimento, deva ser objeto de requerimento;
X – Quando a Representação não se encontrar devidamente documentada ou arguir fatos irrelevantes ou impertinentes;
XI – Quando o Substitutivo não versar sobre o mesmo assunto do projeto de origem.
Parágrafo Único – Exceto nas hipóteses dos incisos VII E XI, caberá recurso do autor ou autores ao Plenário no prazo de 05 (cinco) dias, o qual será distribuído à Comissão de Legislação, justiça e Redação Final, para o devido parecer.

CAPÍTULO IV
Retirada de Proposições

Art. 107. A retirada de proposição em curso na Câmara é permitida:
I – Quando de autoria de um, com apoiamento de mais Vereadores, mediante requerimento da maioria dos subscritores;
II – Quando de autoria de Comissão ou da Mesa, mediante requerimento da maioria de seus membros;
III – Quando de autoria do Poder Executivo, mediante solicitação do autor, por escrito, não podendo ser recusada;
IV – Quando de iniciativa popular, mediante requerimento assinado por metade mais um dos seus subscritores;
§ 1° O requerimento de retirada de proposição não poderá ser apresentado quando á iniciada a votação da matéria.
§ 2° Se a proposição ainda não estiver incluída na Ordem do Dia, o requerimento será decidido pelo Presidente, em caso contrário, pelo Plenário.
§ 3° A proposição retirada na forma deste artigo não poderá ser representada na mesma sessão legislativa, salvo deliberação do Plenário.
Art. 108. No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior em tramitação na Casa sem parecer ou com parecer contrário das Comissões competentes, salvo:
I – As de iniciativa das Comissões Especiais;
II – As de iniciativa das Comissões Parlamentares de Inquérito;
III – As de iniciativa do Executivo sujeitas a deliberação em prazo certo, exceto as que abram crédito suplementar.
Parágrafo Único – O Vereador autor de proposição arquivada na forma deste artigo poderá requerer o seu desarquivamento e retramitação.
Art. 109. Os requerimentos a que se refere o § 1° do art. 100, serão indeferidos quando impertinentes, repetitivos ou manifestados contra expressa disposição regimental, sendo incorrigível a decisão.

CAPÍTULO V
Da Tramitação das Proposições

Art. 110. Recebida qualquer proposição escrita será encaminhada ao Presidente da Câmara que determinará imediatamente a sua tramitação, observando o disposto neste capítulo.
§ 1° Pra iniciar a tramitação, com a leitura no Plenário, toda matéria, com exceção das indicações, requerimentos e das emendas oferecidas por ocasião dos debates, será fotocopiada e distribuídas a todos os Vereadores, 24 (vinte e quatro) horas antes da sessão.
§ 2° A falta de entrega de cópia ao Vereador no prazo previsto no § 1°, só será suprida se a cópia for entregue a aceita pelo Vereador, antes do início da sessão.
Art. 111. Quando a proposição consistir em projeto de lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, uma vez lida pelo 1° Secretário durante o Expediente, será pelo Presidente encaminhada às Comissões competentes, para os pareceres técnicos.
§ 1° No caso de projeto substitutivo oferecido por determinada Comissão, ficará prejudicada a remessa do mesmo a sua própria autora.
§ 2° Nenhuma proposição, salvo as indicações, os requerimentos e os casos previstos neste Regimento, poderão ser apreciadas pelo Plenário sem o Parecer das Comissões competentes.
Art. 112. As emendas e subemendas, serão obrigatoriamente apreciadas pelas Comissões na mesma fase que a proposição originária.
Art. 113. Sempre que o Prefeito vetar, no todo ou em parte, determinada proposição aprovada pela Câmara, comunicado o veto a esta, a matéria será incontinente encaminhada a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que poderá solicitar a audiência de outra Comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observado o disposto no art. 61 deste Regimento.
§ 1° A apreciação do veto pelo Plenário da Câmara será, dentro de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto de maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto;
§ 2° Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para a promulgação;
§ 3° A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara;
§ 4° Na apreciação do Veto a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art. 114. Os pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente incluídos na Ordem do Dia em que serão apreciadas as proposições em que se referem.
Art. 115. As indicações, após lidas no Expediente, serão encaminhadas, independente de deliberação do Plenário, a quem de direito, através da Secretaria da Câmara.
Parágrafo Único – No caso de entender o Presidente que a indicação não deva ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento do Plenário sobre a mesma.

Art. 116. Os requerimentos que se referem os § 1° e 2° do art. 100, serão apresentados em qualquer fase da sessão e postos imediatamente em tramitação independente de sua inclusão no Expediente ou na Ordem do Dia.
Parágrafo Único – Qualquer Vereador poderá manifestar a intenção de discutir os requerimentos a que se refere o § 3° do art. 100, com exceção daqueles dos incisos I, II, III, IV e V.
Art. 117. Durante os debates na Ordem do Dia, poderão ser apresentados requerimentos que se refiram estritamente ao assunto discutido, sendo deliberado pelo Plenário, sem prévia discussão, admitindo – se entretanto, encaminhamento de votação pelo proponente e pelos líderes partidários.

CAPÍTULO VI
Do Regime de Urgência

Art. 118. As proposições poderão tramitar em regime de urgência especial ou de urgência simples.
§ 1° O Regime de urgência especial implica que a matéria seja deliberada em votação final dentro de no máximo duas sessões, devendo os prazos para pareceres e apresentações de emendas serem reduzidos para metade do prazo previsto neste Regimento, e a não concessão de vistas.
§ 2° Caso as Comissões não emitam parecer na matéria tratada em regime de urgência especial, o Presidente da Câmara no dia previsto para votação final da matéria, suspenderá a Sessão na Ordem do dia e determinará que as comissões em conjunto emitam o parecer e se prossiga a deliberação na mesma sessão.
§ 3° O regime de urgência simples implica a impossibilidade de adiamento de apreciação da matéria e exclui os pedidos de vista e de audiência de comissão a que não esteja afeto o assunto, assegurando à proposição inclusão, em seguida prioridade na Ordem do Dia.
Art. 119. A concessão de urgência especial dependerá de aprovação do Plenário, mediante provocação da Mesa ou de Comissão de autores da proposição em assuntos de sua competência privativa ou especialidade, ou ainda, por proposta da maioria dos membros da edilidade, devendo ser transcrito na ata da sessão.
§ 1° O Plenário somente concederá a urgência especial quando a proposição, por seus objetivos, exija apreciação pronta, sem o que perderá a oportunidade ou a eficácia.
§ 2° Concedida à urgência especial, na mesma sessão o Presidente encaminhará o projeto às Comissões competentes, que poderão em conjunto emitir o parecer sobre o projeto.
Art. 120. O regime de urgência simples será concedido pelo Plenário através de requerimento verbal de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público que exige, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário.
Parágrafo Único – Serão incluídos no regime de urgência simples independente de manifestação do Plenário, as seguintes matérias:
I – A proposta orçamentária a partir do escoamento da metade do prazo de que disponha o Legislativo para apreciá-la;
II – Os projetos de lei do executivo sujeitos à apreciação em prazo certo a partir das 03 (três) últimas sessões que se realizem no intercurso daquele;
III – O veto quando escoados dois terços do prazo para sua apreciação.
Art. 121. Quando por extravio ou retenção indevida não for possível o andamento de qualquer proposição já estando vencidos os prazos regimentais, o Presidente fará reconstituir o respectivo processo e determinará a sua retramitação.

TÍTULO V
Das Sessões da Câmara
CAPÍTULO I
Das Sessões em Geral

Art. 123. As sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias ou solenes, assegurado o acesso, às mesmas, do público em geral.
§ 1° Para assegurar maior publicidade às sessões da Câmara, na parte do recinto reservado ao público, desde que:
I – Apresente-se convenientemente trajado;
II – Não porte arma;
III – Conserve-se em silêncio durante os trabalhos;
IV – Não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passar em Plenário;
V – Atenda às determinações do Presidente.
§ 3° O Presidente determinará a retirada do assistente que se conduza de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o recinto, sempre que julgar necessário.
Art. 124. As sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, observadas as exceções da Lei Orgânica do Município.
Parágrafo Único – Comprovada a impossibilidade de acesso àquele recinto ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas sessões em outro local, por decisão do Presidente da Câmara.
Art. 125. Câmara poderá realizar sessões secretas, por deliberação de dois terços dos seus membros, para tratar de assuntos de sua economia interna, quando seja o sigilo necessário a preservação do decoro parlamentar.
Parágrafo Único – Deliberada a realização de sessão secreta ainda que para realizá-la se deva interromper a sessão pública, o Presidente determinará a retirada do recinto e de suas dependências, dos assistentes, dos funcionários da Câmara e dos representantes de imprensa, rádio e televisão.
Art. 126. A Câmara somente se reunirá quando tenham comparecido, à sessão, pelo menos ¼ dos Vereadores que a compõem, não podendo, contudo deliberar sobre nenhuma matéria, sem que estejam presentes a maioria absoluta de seus membros.
Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica às sessões solenes e de instalação que se realizarão com qualquer número de Vereadores presentes.
Art. 127. Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer na parte do recinto que lhes é destinada.
§ 1° A convite da Presidência, ou por sugestão de qualquer Vereador, poderão situar-se nessa parte para assistir a sessão, as autoridades públicas federais, estaduais e municipais presentes ou personalidades que estejam sendo homenageadas.
§ 2° Os visitantes recebidos em Plenário em dias de sessão, poderão usar da palavra para agradecer à saudação que lhes seja feita pelo Legislativo.

CAPÍTULO II
Das Atas das Sessões

Art. 128. De cada sessão da Câmara lavrar-se á ata dos trabalhos contendo, sucintamente, os assuntos tratados a fim de ser submetida ao Plenário.
§ 1° As indicações e os requerimentos apresentados em sessão serão indicados na ata somente com menção da respectiva numeração e as demais proposições e documentos com a menção do objeto a que se referirem, salvo requerimento de transcrição integral, aprovado pelo Plenário.
§ 2° A ata da sessão anterior que ficará à disposição dos Vereadores até 24 horas de antecedência, será lida e votada sem discussão na sessão subsequente.

§ 3° A ata poderá ser impugnada, quando for totalmente inválida, por não descrever os fatos e as situações realmente ocorridas, mediante requerimento verbal de impugnação, aprovado pelo Plenário.
§ 4° Poderá ser requerida a retificação da ata, quando nela houver omissão ou equívoco.
§ 5° Cada Vereador poderá falar uma vez sobre a ata para pedir a sua retificação ou impugná-la.
§ 6° Requerida à impugnação ou solicitada à retificação da ata, o Plenário deliberará imediatamente a respeito.
§ 7° Aceita a impugnação, lavrar-se-á nova ata, e aprovada a retificação, será ela incluída na ata da sessão em que ocorrer a sua votação.
§ 8° Votada e aprovada à ata, será assinada pelo Presidente e pelo 1° Secretário.
§ 9° Não poderá requerer a impugnação ou retificação da ata o Vereador ausente à sessão a que a mesma se refira.
§ 10° A ata de sessão secreta será lavrada pelo 1° Secretário, lida e aprovada na mesma sessão, sendo ainda lacrada e arquivada, com rótulo datado e rubricado pela Mesa e somente poderá ser reaberta em outra sessão igualmente secreta por deliberação do Plenário, a requerimento da Mesa ou de um terço dos Vereadores.
Art. 129. A ata da última sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação na própria sessão, com qualquer número, antes de seu encerramento.

CAPÍTUL III
Das Sessões Ordinárias

Art. 130. As sessões ordinárias serão realizadas no número de 02 sessões por mês, sendo as mesmas realizadas sempre na segunda e última quarta de cada mês, com duração de até 03 (três) horas iniciando-se ás 00:09 horas.
§ 1° A prorrogação das sessões ordinárias poderá ser determinada pelo Plenário, por proposta do Presidente ou a requerimento verbal do Vereador, pelo tempo estritamente necessário, jamais inferior a 15 minutos, para a conclusão de votação de matéria já discutida.
§ 2° O tempo da prorrogação será previamente estipulado no requerimento e somente será apreciado se apresentado até 10 minutos antes do encerramento da Ordem do Dia.
§ 3° Antes de escoar-se a prorrogação autorizada, o Plenário poderá prorroga-la à sua vez, devendo o novo requerimento ser oferecido até 05 (cinco) minutos antes do término daquela.
§ 4° Havendo 02 (dois) ou mais pedidos simultâneos de prorrogação será votado o que visar menor prazo, ficando prejudicados os demais.
Art. 131. As sessões ordinárias compõem-se de quatro partes: Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia e Considerações Finais.
§ 1° No início dos trabalhos feita a chamada dos Vereadores pelo primeiro Secretário, o Presidente, havendo número legal, declara aberta a Sessão.
§ 2° Não havendo número legal, o Presidente efetivo ou eventual aguardará durante 15 minutos e persistindo a falta do número legal, fará lavrar ata sintética, com o registro dos nomes dos Vereadores presentes, declarando em seguida prejudicada a realização da sessão.
Art. 132. O Pequeno Expediente terá duração de 30 minutos e se destinará à leitura da ata da sessão anterior, das correspondências dirigidas ao Poder Legislativo e indicações devidamente apresentadas, obedecida a ordem de leitura dos expedientes:
I – Expedientes oriundos do Prefeito;
II – Expedientes oriundos de diversos;
III – Expedientes apresentados por Vereador;
IV – Indicações.
§ 1° O tempo restante do Pequeno Expediente será adicionado ao Grande Expediente e assim sucessivamente até o de Considerações finais.
§ 2° O Vereador só poderá falar no Pequeno Expediente, após a leitura da ata, solicitando a palavra “pela ordem” para comunicar falecimento, renúncias ou solicitar retificação da ata, não podendo ser interrompido ou aparteado.
Art. 133. O Grande Expediente terá duração de 45 minutos e se destinará à leitura das demais proposições regularmente protocoladas, discussão e votação de requerimentos e indicações sujeitas à deliberação do Plenário, sendo dividido o tempo restante entre os oradores inscritos para o uso da palavra, para tratar de matérias constantes da Ordem do Dia da Sessão.
§ 1°. A leitura das matérias no Grande Expediente pelo 1° Secretário obedecerá a seguinte ordem:
I – Projeto de Lei Complementar;
II – Projeto de Lei Ordinária;
III – Veto;
IV – Projeto de Decreto Legislativo;
V – Projeto de Resolução;
VI – Demais Proposições.
§ 2° O Vereador que, inscrito para falar não se achar presente na hora que lhe for dada a palavra, perderá a vez e só poderá ser de novo inscrito em último lugar.
Art. 134. A Ordem do Dia terá duração de 60 minutos e destinar-se-á à apreciação das matérias constantes na pauta da sessão.
§ 1° Na sessão em que não houver pauta para a Ordem do Dia o tempo previsto para esta será incorporado ao Grande Expediente.
§ 2° Na Ordem do Dia, verificar-se-á previamente o número de Vereadores presentes e só será iniciada mediante a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.
§ 3° Não se verificando quórum regimental, o Presidente aguardará por 15 minutos, como tolerância, antes de declarar encerrada a sessão.
§ 4° A ausência às votações equipara-se, para todos os efeitos, ausência ás sessões, ressalvada a que se verificar a título de obstrução parlamentar legítima, aprovada pelo líder e comunicada à Mesa.
§ 5° O Presidente determinará ao 1° Secretário a leitura de proposição:
I – Constante da pauta e aprovada conclusivamente pelas Comissões Permanentes, para apreciação de eventual recurso, de um terço dos membros da Casa, conforme o disposto no parágrafo 2° do art. 43 deste Regimento;
II – Sujeita à deliberação do Plenário, para oferecimento de emendas, na forma prevista neste Regimento.
§ 6° A pauta da Ordem do Dia obedecerá a seguinte ordem:
I – Matérias em regime de urgência especial;
II – Matérias em regime de urgência simples;
III – Vetos;
IV – Matérias em discussão única
V – Matérias em segunda discussão;
VI – Matérias em primeira discussão
VII – Recursos;
VIII – demais proposições.
§ 7° As matérias de igual classificação figurarão na pauta observada a ordem cronológica de sua apresentação.
§ 8° O 1° Secretário procederá a leitura das matérias da pauta, a qual poderá ser dispensada a requerimento verbal de qualquer Vereador, com aprovação do Plenário.

§ 9° Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão, sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início da sessão, facultado o conhecimento a todos os Vereadores.
§ 10 Esgotada a Ordem do Dia, o Presidente anunciará, sempre que possível, a Ordem do Dia da sessão seguinte e em seguida concederá a palavra para as considerações finais aos que tenham solicitado durante a sessão ao 1° Secretário, observada o ordem da inscrição e o prazo regimental.
Art. 135. As Considerações Finais terão a duração de 45 minutos e destinar-se-ão a pronunciamento de Vereador, devidamente inscrito até o final da Ordem do Dia, sobre assuntos de seu interesse, de interesse de sua bancada ou qualquer outro assunto de interesse do Município, por 5 (cinco) minutos, facultado um terço a mais do tempos aos líderes.
§ 1° A Mesa reterá e arquivará cópia de todo documento que for exibido por Vereador durante o pronunciamento.
§ 2° Não havendo mais oradores para falar nas Considerações Finais, ou se ainda os houver e o tempo regimental estiver esgotado, o Presidente declarará encerrada a sessão.

CAPÍTULO IV
Das Sessões Extraordinárias

Art. 136. As sessões extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora inclusive domingos e feriados, ou após as sessões ordinárias.
§ 1° A duração e a prorrogação de sessão extraordinária regem-se pelo disposto no at. 130 e seus parágrafos, no que couber.
§ 2° Na sessão extraordinária a Câmara somente deliberará sobre matéria para a qual foi convocada.
Art. 137. A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:
I – Pelo Prefeito, quando este a atender necessário, inclusive no período de recesso legislativo;
II – Pelo Presidente da Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e Vice Prefeito;
III – Pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros da casa, em caso de urgência ou interesse público relevante;
IV – Pela Comissão representativa da Câmara, conforme previsto no art. 41 deste Regimento Interno.
Art. 138. As sessões extraordinárias serão convocadas mediante comunicação escrita aos Vereadores com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas e afixação de edital no átrio, do edifício da Câmara que poderá ser reproduzido pela imprensa local.
Parágrafo Único – Sempre que possível, a convocação far-se-á em sessão, caso em que será feita comunicação escrita apenas aos Vereadores ausentes à mesma.
Art. 139. A sessão extraordinária compor-se-á exclusivamente de Ordem do Dia, que se cingirá à matéria objeto da convocação, observando-se quanto a aprovação da ata da sessão anterior ordinária ou extraordinária, o disposto no art. 128 e seus parágrafos.
Parágrafo Único – Aplicar-se-ão às sessões extraordinárias, no que couber, as disposições atinentes às sessões ordinárias.

CAPÍTULO V
Das Sessões Solenes

Art. 140. As sessões solenes realizar-se-ão a qualquer dia e hora para fim específico, sempre relacionado com assuntos cívicos e culturais, não havendo prefixação de sua duração.
§ 1° As sessões solenes poderão realizar-se em qualquer local seguro a acessível, a critério da Mesa.
§ 2° Será elaborado previamente e com ampla divulgação, o programa a ser cumprido na sessão solene, quando poderão usar da palavra autoridades, homenageados e representantes de classe ou de clubes de serviço, sempre a critério do Presidente da Câmara.
Art. 141. As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara por escrito, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, no mínimo, que indicará a finalidade de reunião.
Parágrafo Único – Nas sessões solenes não haverá Expediente nem Ordem do Dia formal, dispensada a leitura da ata e a verificação de presença.

TÍTULO VI
Das discussões e Deliberações
CAPÍTULO I
Das Discussões

Art. 142. Discussão é o debate de proposição figurante na Ordem do Dia pelo Plenário, antes de se passar a deliberação sobre a mesma.
§ 1° Não estão sujeitos à discussão:
I – As indicações, salvo o disposto no parágrafo único do art. 115;
II – Os requerimentos mencionados no art. 100, §§ 1° e 2°;
III – Os requerimentos mencionados no art. 100, § 3°, I a V;
§ 2° O Presidente declarará prejudicada a discussão:
I – De qualquer projeto com objeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado antes, ou rejeitado na mesma sessão legislativa, executando-se, nesta ultima hipótese o projeto de iniciativa do Executivo ou subscrito pela maioria absoluta dos membros do Legislativo;
II – Da proposição original, quando tiver substitutivo aprovado;
III – De emenda ou subemenda idêntica à outra já aprovada ou rejeitada;
IV – de requerimento repetitivo.
§ 3° A discussão da matéria constante da Ordem do Dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria dos membros da Câmara.
§ 4° As proposições com todos os pareceres favoráveis poderão ter a discussão dispensada, por deliberação do Plenário, mediante requerimento verbal de Vereador, a qual não prejudica a apresentação de emendas.
Art. 143. Terão uma única discussão as seguintes proposições:
I – As que tenham sido colocadas em regime de urgência especial;
II – As que se encontrem em regime de urgência simples;
III – Os projetos de lei oriundos do Executivo com solicitação de prazo;
IV – O veto;
V – Os projetos de decreto legislativo ou de resolução de qualquer natureza;
VI – Os requerimentos sujeitos a discussão;
VII – As emendas.
Art. 144. Terão 02 (duas) discussões todas as proposições não incluídas no artigo 143, exceto as que forem rejeitadas na primeira, caso em que serão arquivadas.
§ 1° Em nenhuma hipótese a segunda discussão ocorrerá na mesma sessão em que tenha ocorrido a primeira.
§ 2° É considerada aprovada toda proposição de que trata o "caput" deste artigo, desde que seja aprovada nas duas discussões.

Art. 145. A discussão será feita sobre o conjunto da proposição e das emendas, se houver.
§ 1° O Presidente, autorizando o Plenário, poderá anunciar o debate por título, capítulos, seções ou grupos de artigos.
§ 2° Quando tratar-se de codificação, na primeira discussão o projeto será debatido por capítulos, salvo requerimento de destaque aprovado pelo Plenário;
§ 3° Quando tratar-se de proposta orçamentária, as emendas possíveis serão debatidas antes do projeto em primeira discussão.
Art. 146. Na discussão única e na primeira discussão, serão recebidas emendas, subemendas e projetos substitutivos apresentados por ocasião dos debates; em segunda discussão somente se admitirão emendas e subemendas.
Parágrafo Único – Na hipótese do "caput" deste artigo, sustar-se-á a discussão para que as emendas e projetos substitutivos sejam objeto de exame das Comissões Permanentes afetas a matéria, salvo se o plenário dispensar o parecer.
Art. 147. Sempre que a pauta dos trabalhos incluir mais de uma proposição sobre o mesmo assunto a discussão obedecerá a ordem cronológica de apresentação.
Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica a projeto substitutivo do mesmo autor da proposição originária, o qual terá a preferência.
Art. 148. O adiamento da discussão de qualquer proposição dependerá da deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes de iniciar-se a mesma.
§ 1° O adiamento aprovado será sempre por tempo determinado;
§ 2° Apresentados 02 (dois) ou mais pedidos de adiamento, será votado, de preferência, ou que marcar menor prazo.
§ 3° Não se concederá adiamento de matéria que se ache em regime de urgência especial ou simples;
§ 4° O adiamento poderá ser motivado por pedido de vista, caso em que, se houver mais de um, a vista será sucessiva para cada um dos requerentes e pelo prazo máximo de 02 (dois) dias para cada um deles.
Art. 149. Encerra-se a discussão de qualquer proposição:
I – Pela ausência de oradores;
II – Por decurso de prazos regimentais;
III – Por deliberação do Plenário, a requerimento de Vereador, quando já houverem falado sobre o assunto, pelo menos 04 (quatro) Vereadores, dentre os quais, o autor, salvo desistência expressa.

CAPÍTULO II
Das Disciplinas dos Debates

Art. 150. Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo ao Vereador atender às seguintes determinações regimentais:
I – Falará de pé, exceto o Presidente, e, quando impossibilitado de fazê-lo, requererá ao Presidente autorização para falar sentado;
II – Dirigir-se-á ao Presidente ou à Câmara voltada para a Mesa, salvo quando responder a aparte;
III – Não usará sem a solicitar e sem receber consentimento do Presidente ou do orador, quando for o caso;
IV – referir-se-á ou dirigir-se-á a outro Vereador pelo tratamento de excelência.
Art. 151. Ao Vereador que for dada a palavra deverá inicialmente declarar a que título se pronunciará e não poderá:
I – Usar da palavra com finalidade diferente do motivo alegado;
II – Desviar-se da matéria em debate;
III – falar sobre matéria vencida;
IV – Usar de linguagem imprópria;
V – Ultrapassar o prazo que lhe competir;
VI – Deixar de atender as advertências do Presidente.
Parágrafo Único – Para fins deste artigo, considera-se matéria vencida, aquela já deliberada pelo Plenário, aquela regimentalmente dada por encerrada a sua discussão e aquela já deliberada pelo Plenário, aquela regimentalmente dada por encerrada e sua discussão e aquela proveniente de assuntos devidamente resolvidos.
Art. 152. O Vereador somente usará da palavra:
I – No expediente quando for para solicitar retificação ou impugnação de ata, para comunicar falecimento, renúncia ou quando se achar regularmente inscrito;
II – Para discutir matéria em debate, encaminhar votação ou justificar o seu voto;
III – Para apartear na forma regimental;
IV – Para explicação pessoal;
V – Para levantar questão de ordem ou pedir esclarecimento à Mesa;
VI – Para apresentar requerimento verbal de qualquer natureza;
VII – Quando for designado para saudar qualquer visitante ilustre.
Art. 153. O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:
I – Para leitura de requerimento de urgência;
II – Para comunicação importante à Câmara;
III – Para recepção de visitantes;
IV – Para votação de requerimento de prorrogação da sessão;
V – Para atender o pedido de palavra "Pela ordem", sobre questão regimental.
Art. 154. Quando mais de um Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concedê-la-á na seguinte ordem:
I – Ao autor da proposição em debate;
II – Ao relator do parecer em apreciação;
III – Ao autor da emenda;
IV – Alternadamente, a quem seja a favor ou contra a matéria em debate.
Art. 155. Para o aparte, ou interrupção do orador por outro, para indagação ou comentário relativamente à matéria em debate, observar-se-á o seguinte:
I – O aparte deverá ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a 03 (três) minutos;
II – Não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença do orador;
II – Não é permitido apartear o Presidente nem o orador que fala "pela ordem", em explicação pessoal, para encaminhamento de votação ou para declaração de voto;
IV – O aparteante permanecerá de pé enquanto aparteia e enquanto ouve a resposta do aparteado.
Art. 156. Os oradores terão os seguintes prazos para o uso da palavra:
I – 03 (três) minutos, para apresentar requerimento, encaminhar ou impugnação da ata, levantar questão de ordem e apartear;

II – 05 (cinco) minutos para discutir requerimento, encaminhar votação, justificar voto ou emenda, discutir parecer, falar no Grande Expediente, nas Considerações finais e proferir explicação pessoal;
III – 10 (dez) minutos para discutir a projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução, artigo isolado de proposição e veto;
IV – 15 (quinze) minutos para discutir a proposta orçamentária, a prestação de contas, a destituição de membro da Mesa e processo de cassação do Prefeito ou Vereador, salvo quando se tratar do acusado, cujo prazo será o indicado na lei federal.
Parágrafo Único – Não será permitida a sessão de tempo de um para o outro orador.

CAPÍTULO III
Das Deliberações e Votações
Seção I
Do Quórum Das Deliberações

Art. 157. As deliberações da Câmara, salvo disposição em contrário, serão sempre tomadas por maioria de votos, presentes a maioria de seus membros.
Art. 158. Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, além de outros casos previstos em lei, a aprovação e a alteração das seguintes matérias:
I – Código tributário do Município;
II – Código de obras;
III – Código de posturas;
IV – Plano diretor de desenvolvimento integrado e normas relativas a zoneamento, ocupação e uso do solo urbano;
V – Lei instituidora do regime jurídico dos servidores municipais;
VI – Lei instituidora da guarda municipal;
VII – Perda de mandato de Vereador;
VIII – Rejeição de veto;
IX – Criação, reclassificação, reenquadramento ou extinção de cargos, fixação, aumento e alteração de vencimentos dos servidores públicos municipais;
X – fixação ou atualização dos subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice Prefeito e dos Secretários Municipais;
XI – Obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito pelo Município.
Parágrafo Único – Entende-se por maioria absoluta o primeiro número inteiro acima da metade do total dos membros da Câmara.
Art. 159. Dependerão de voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, além de outros casos previstos pela legislação pertinente, a aprovação e alteração das seguintes matérias:
I – Regimento Interno da Câmara;
II – Concessão de serviços públicos;
III – Concessão de direito real de uso e concessão administrativa de uso;
IV Alienação de bens imóveis do Município;
V – Aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargos;
VI – Denominação de próprios, vias e logradouros públicos;
VII – Concessão de títulos honoríficos e honrarias;
VIII – Concessão de anistia, isenção e remissão tributária ou previdenciária e incentivos fiscais, bem como moratória e privilégios;
IX – Transferência da sede do Município;
X – Rejeição do parecer prévio do TC/RR, sobre as contas do Município;
XI – Alteração territorial do Município, bem como alteração de seu nome;
XII – Criação, organização e supressão de distritos;
XIII – O recebimento de denúncia contra o Prefeito e Vereador, no caso de apuração de crime de reponsabilidade;
Art. 160. Ressalvada a hipótese da obstrução parlamentar legítima prevista no art. 134, § 4°, o Vereador não poderá recusar-se a votar.
Art. 161. O Vereador estará impedido de votar quando tiver interesse pessoal na matéria, caso em que sua presença será computada para efeito de quórum.
§ 1° No curso da votação é facultado ao vereador impugná-la perante o Plenário ao constatar que dela esteja participando o Vereador impedido de votar.
§ 2° Na hipótese do § 1° deste artigo, acolhida a impugnação, repetir-se-á a votação sem considerar-se o voto que motivou o incidente.
Art. 162. Quando, no curso de uma votação, se esgotar o tempo regimental de sessão, esta considerar-se-á prorrogada até ser concluída a votação da matéria em causa.
Art. 163. A deliberação realiza-se através da votação.
Parágrafo Único – Considerar-se-á qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o presidente declarar encerrada a discussão.

Seção II
Das Votações

Art. 164. Ressalvadas as exceções prevista neste Regimento, o voto será sempre público nas deliberações da Câmara.
Parágrafo Único – Nenhuma proposição de conteúdo normativo poderá ser objeto de deliberação durante a sessão secreta.
Art. 165. O voto será secreto:
I – Na eleição da Mesa;
II – Nas deliberações sobre o veto;
III – Nas deliberações sobre as contas do Município;
IV – Nas deliberações sobre perda de mandato de Vereador e Prefeito;
V – Na eleição da Comissão Representativa da Câmara.
Art. 166. Os processos de votação são dois: simbólico e nominal.
§ 1° O processo simbólico consiste na simples contagem de votos a favor ou contra a proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores para que permaneçam sentados ou se levantem, respectivamente;
§ 2° O processo nominal consiste na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não, salvo quando se tratar de voto secreto, o qual será através de cédulas.
Art. 167. O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal ou regimental, ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

§ 1° Do resultado da votação simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferi-la.
§ 2° Não se admitirá segunda verificação de resultado da votação.
§ 3° O Presidente em caso de dúvida, poderá de oficio, repetir a votação simbólica para a recontagem dos votos.
Art. 168. A votação será nominal nos casos em que seja exigido o quórum de maioria absoluta e dois terços.
Art. 169. Uma vez iniciada, a votação interromper-se-á se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já colhidos serão considerados prejudicados.
Parágrafo Único – Não será permitido ao Vereador abandonar o Plenário no curso da votação, salvo se acometido mal súbito, sendo considerado o voto que já tenha proferido.
Art. 170. Antes de iniciar-se a votação, será assegurado a cada uma das bancadas partidárias, através de um de seus integrantes, falar apenas uma vez, a título de encaminhamento de votação, para propor aos seus co - partidários, a orientação quanto ao mérito da matéria.
Parágrafo Único – Não haverá encaminhamento de votação quando se tratar da proposta orçamentária, de julgamento das contas do Município, de processo cassatório ou de requerimento.
Art. 171. Qualquer Vereador poderá requerer ao Plenário que aprecie isoladamente determinadas partes do texto de proposição, votando-se em destaque para rejeitá-las ou aprova-las preliminarmente.
Parágrafo Único – Não haverá destaque quando se tratar da proposta orçamentária, de veto, de julgamento das contas do Município e em qualquer caso em que aquela providência se revele impraticável.
Art. 172 – Terão preferência para votação as emendas supressivas e as emendas substitutivas oriundas das Comissões.
Parágrafo Único – Apresentadas duas ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação da emenda que melhor adaptar-se ao projeto, sendo o requerimento votado pelo Plenário, independente de discussão.
Art. 173 – Sempre que o Parecer da Comissão for pela rejeição do projeto, deverá o plenário deliberar primeiro sobre o parecer, antes de entrar na consideração do projeto.
Art. 174. O Vereador poderá, ao votar, fazer declaração de voto, que consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria.
Parágrafo Único – A declaração só poderá ocorrer quando toda a proposição tenha sido abrangida pelo voto.
Art. 175. Enquanto o Presidente não tenha proclamado o resultado da votação, o vereador que já tenha votado poderá retificar o seu voto.
Art. 176. Concluída a votação de projeto de lei, com ou sem emendas aprovadas, ou de projeto de lei substitutivo, será a matéria encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para adequar o texto à correção vernácula, sendo em seguida encaminhada à Mesa que a colocará à disposição dos demais Vereadores para conhecimento, caso queiram.
§ 1° Caberá a Mesa a redação final dos projetos de decretos legislativos e de resolução.
§ 2° Havendo contradição, obscuridade ou impropriedade linguística na redação final, será admissível, a requerimento de no mínimo um terço dos membros da Câmara, o retorno da mesma à Comissão para nova redação final, ficando aprovada, se contra ela não votarem dois terços dos componentes da edilidade.
Art. 177. Aprovado pela Câmara um projeto de lei, será enviado ao Prefeito, para a sansão e promulgação ou veto, uma vez expedidos os respectivos autógrafos.
Parágrafo Único – Os originais dos projetos de lei aprovados serão arquivados na Secretaria da Câmara, sendo enviada cópia autêntica ao Executivo.

TÍTULO VII
Da Elaboração Legislativa Especial e Dos Procedimentos de Controle
CAPÍTULO I
Da Elaboração Legislativa Especial
Seção I
Do Orçamento

Art. 178. Recebida do Prefeito a proposta orçamentária, dentro do prazo e na forma legal, o Presidente dará conhecimento ao Plenário na primeira sessão subsequente e mandará distribuir cópias da mesma aos Vereadores enviando-a à Comissão de Finanças e Orçamento, para recebimento de emendas nos 10 (dez) dias seguintes.
Parágrafo Único – Durante o período dos 10 (dez) dias previstos no "caput" deste artigo, serão promovidas audiências públicas para a discussão da proposta orçamentária.
Art. 179. A Comissão de Finanças e Orçamento pronunciar-se-á em 20 (vinte) dias sobre o projeto e as emendas, observado o disposto na Lei Orgânica do Município, findo os quais com ou sem parecer, a matéria será incluída como item único da Ordem do Dia da primeira sessão desimpedida.
Art. 180. Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se no prazo regimental, sobre o projeto e as emendas, assegurando-se a preferência, ao relator do parecer da Comissão de Finanças e Orçamento e aos autores das emendas, no uso da palavra.
Art. 181. Se forem aprovadas as emendas, dentro de 03 (três) dias a matéria retornará à Comissão de Finanças e Orçamento para incorporação ao texto, no prazo de 05 (cinco) dias, sendo em seguida reincluída imediatamente na Ordem do Dia para segunda discussão e votação do texto definitivo, dispensada a fase de redação final.
Art. 182. Aplicam-se as normas desta Seção á proposta do plano plurianual e ás diretrizes orçamentárias.

Seção II
Das Codificações e dos Estatutos

Art. 183. Os projetos de codificação e de estatutos, depois de apresentados em Plenário, serão distribuídas cópias aos Vereadores e encaminhados às Comissões competentes, sendo de responsabilidade da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final o recebimento de emendas sugestões nos 15 (quinze) dias seguintes.
§ 1° A critério da Comissão de Legislação, Justiça e Redação final, poderá ser solicitada assessoria de órgão de assistência técnica ou parecer de especialistas na matéria, desde que haja recursos para atender a despesa específica, ficando nesta hipótese suspensa a tramitação da matéria.
§ 2° A Comissão terá 20 (vinte) dias para exarar parecer, incorporando as emendas apresentadas que julgar convenientes ou produzindo outras, em conformidade com as sugestões recebidas; findo os quais, com ou sem parecer, o processo será incluído na pauta da Ordem do Dia mais próxima possível.
§ 3° Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se no prazo regimental, sobre os projetos e as emendas, assegurando-se a preferência, ao relator do parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e aos autores das emendas.

§ 4° Aprovada em primeira discussão, a matéria voltará à Comissão por mais 05 (cinco) dias, para incorporação das emendas aprovadas, sendo incluída na ordem do dia da sessão seguinte, para a deliberação final.

CAPÍTULO II
Do Julgamento das Contas

Art. 184. Recebido o parecer prévio do TC/..., independente de leitura em Plenário, o Presidente fará distribuir cópia do mesmo a todos os Vereadores, enviando o processo à Comissão de Finanças e Orçamento que terá 20 (vinte) dias para apresentar seu pronunciamento, acompanhando o projeto de decreto legislativo pela aprovação ou rejeição das contas.
§ 1° Até 07 (sete) dias depois de recebimento do processo, a Comissão de Finanças e Orçamento receberá pedidos escritos dos Vereadores solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.
§ 2° Para responder aos pedidos de informações, a Comissão poderá realizar quaisquer diligencias e vistorias, bem como mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.
Art. 185. O projeto de decreto legislativo apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamento sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, sendo vedada a apresentação de emendas ao projeto, assegurado no entanto, aos Vereadores, amplo debate sobre a matéria.
Art. 186. Se a deliberação do Plenário for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, o decreto legislativo se fará acompanhar dos motivos da discordância.
Art. 187. Nas sessões em que se devam discutir as contas do Município, o Expediente se reduzirá em 30 minutos e a Ordem do Dia será destinada exclusivamente a matéria.

CAPÍTULO III
Da Convocação dos Secretários Municipais

Art. 188. A Câmara poderá convocar os secretários municipais ou assemelhados para prestar informações perante o Plenário, sobre assuntos relacionados com a Administração Municipal, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização apta do Legislativo sobre o Executivo.

TÍTULO VIII
Do Regimento Interno e da Ordem Regimental
CAPÍTULO I
Das Interpretações e dos Precedentes

Art. 189. As interpretações de disposições do Regimento, feitas pelo Presidente da Câmara em assuntos controversos, constituirão precedentes regimentais, desde que a Presidência assim o declare em Plenário, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador.
Parágrafo Único – Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação, na solução de casos análogos.
Art. 190. Os casos não previstos neste Regimento, serão resolvidos soberanamente, pelo Plenário, e as soluções constituirão precedentes regimentais.

Seção Única
Da Ordem

Art. 191. Questão de Ordem é toda dúvida levantada em Plenário, quanto á interpretação do Regimento, sua aplicação ou sua legalidade.
§ 1° As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar.
§ 2° O proponente não observando o disposto neste artigo, poderá o Presidente cassar - lhe a palavra e não considerar a questão levantada.
§ 3° Cabe ao Presidente da Câmara resolver, soberanamente, na sessão em que forem requeridas, as questões de ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão ou criticá-la.
§ 4° Cabe ao Vereador, recurso da decisão, que será encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, cujo parecer será submetido ao Plenário, que decidirá o caso concreto, considerando-se a deliberação como julgado para aplicação em casos semelhantes.
Art. 192. Em qualquer fase da sessão, poderá o Vereador pedir a palavra "pela ordem", para fazer reclamação quanto à aplicação do Regimento, desde que observe o disposto no artigo 191.

CAPÍTULO II
Da Divulgação do Regimento Interno e de sua Reforma

Art. 193. A Secretaria da Câmara fará reproduzir periodicamente este Regimento, enviando à Biblioteca Municipal, ao Prefeito, a cada um dos Vereadores e ás instituições interessadas em assuntos municipais.
Art. 194. Ao final de cada sessão legislativa, a Mesa, sob a orientação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, fará a consolidação de todas as modificações feitas no Regimento, bem como dos precedentes regimentais, publicando-se em separata.
Art. 195. Este Regimento Interno somente poderá ser alterado, reformado ou substituído pelo voto de dois terços dos membros da edilidade mediante proposta:
I – Da maioria absoluta dos Vereadores;
II – Da Mesa em colegiado;
III – De uma das Comissões Permanentes da Câmara.

TÍTULO IX
Dos Serviços Administrativos da Câmara

Art. 196. Os serviços administrativos da Câmara reger-se-ão por Regulamento Interno próprio aprovado pelo Plenário e serão dirigidos pela Mesa, que expedirá as normas ou instruções complementares necessárias.
§ 1° Caberá ao 1° Secretário supervisionar os serviços administrativos e fazer observar o Regulamento Interno;
§ 2° O Regulamento Interno obedecerá o disposto na Lei Orgânica do Município e aos seguintes princípios:
I – Descentralização e agilização de procedimentos administrativos;
II – Orientação da política de recursos humanos da Casa, no sentido de que as atividades administrativas e legislativas, sejam executadas por integrantes do quadro de pessoal da Câmara, adequados às suas peculiaridades, e que tenham sido recrutados mediante concurso público de provas

ou de provas e títulos, ressalvados os cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração que deverão observar os preceitos estabelecidos na Constituição Federal;
III – Adoção de política de valorização de recursos humanos, através de programas permanentes de capacitação treinamento, desenvolvimento, reciclagem e avaliação profissional e da instituição do sistema de carreira.
Art. 197. As reclamações sobre irregularidades nos serviços administrativos, deverão ser encaminhadas diretamente à Mesa da Câmara, para as providências necessárias.
Art. 198. A Secretaria da Câmara manterá os seguintes livros:
I – De atas das sessões;
II – De atas das reuniões das Comissões;
III – De atas das reuniões da Mesa;
IV – De registro de leis, decretos legislativos e resoluções;
V – De termos de posse de funcionários;
VI – De declaração de bens dos Vereadores;
VII – De termo de posse do Prefeito e do Vice Prefeito;
VIII – De termo de declaração de bens do Prefeito e do Vice Prefeito;
§ 1° Os livros adotados nos serviços administrativos da Secretaria poderão ser substituídos por fichas ou por sistema equivalente.

TÍTULO X
Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 199. A publicação dos expedientes da Câmara observará o disposto em ato normativo a ser baixado pela Mesa.
Art. 200. Nos dias de sessão deverão estar hasteadas, no recinto do Plenário, as bandeiras do País, do Estado e do Município, observada a legislação federal.
Art. 201. Não haverá expediente no Legislativo nos dias de ponto facultativo decretado no Município.
Art. 202. Lei complementar de infrações político – administrativas, bem como a Lei que regulará o funcionamento das Comissões de Inquérito, poderão ser votadas através de projeto apresentado pela Mesa, pelo Poder Executivo ou pela maioria dos líderes da bancada, desde que observados os princípios e normas gerais da legislação federal específica.
Art. 203. Na contagem dos prazos regimentais, observar-se-á, no que for aplicável, a legislação processual civil, administrativa e penal.

Art. 204. A data de vigência deste Regimento, ficarão prejudicados quaisquer projetos de resolução em matéria regimental e revogados todos os precedentes firmados sob o império do Regimento anterior.
Art. 205. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de janeiro de 2021.

JOELSON SILVA DA COSTA
Ver. Presidente da Câmara Municipal de Mucajaí

Publicado por:
Antonio Souza Costa
Código Identificador:1F2DB736

